

ANATÉRCIA PARENTI BATISTA DA TORRE

**A INTERAÇÃO AUTOR-ALUNO NO LIVRO DIDÁTICO:
MARCAS DE ORALIDADE**

Dissertação apresentada à Universidade
Presbiteriana Mackenzie, como requisito
parcial para a obtenção do título de
Mestre em Letras

Orientador: Prof. Dr. José Gaston Hilgert

São Paulo

2007

ANATÉRCIA PARENTI BATISTA DA TORRE

**A INTERAÇÃO AUTOR-ALUNO NO LIVRO DIDÁTICO:
MARCAS DE ORALIDADE**

Dissertação apresentada à Universidade
Presbiteriana Mackenzie, como requisito
parcial para a obtenção do título de
Mestre em Letras

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Gaston Hilgert – Orientador
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof^ª Dr^ª Margarida Maria Taddoni Petter
USP – Universidade de São Paulo

Prof^ª Dr^ª Diana Luz Pessoa de Barros
Universidade Presbiteriana Mackenzie

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar sempre me dando forças para vencer todas as dificuldades..

Ao Prof. Dr. José Gaston Hilgert, orientador, pela dedicação, paciência e competência com que me orientou na realização desta pesquisa.

À minha mãe Célia Parenti, pelo incentivo e apoio em todos os momentos da minha vida.

Às professoras Doutoras Diana Luz Pessoa de Barros e Margarida Maria Taddoni Petter, pelas críticas e sugestões que fizeram ao meu trabalho na banca de qualificação.

Aos professores do Programa de Mestrado em Letras da Universidade Mackenzie, pelos ensinamentos recebidos, que foram de importância essencial na realização desta dissertação.

Ao meu irmão Laércio Parenti Batista da Torre, pela ajuda na área de informática.

À Marilu Dias da Silva, pelo apoio na tradução do resumo deste trabalho.

Ao Carlos Henrique Guilhem, meu namorado, pela compreensão, incentivo e paciência.

Aos meus avós Osvaldo e Aparecida Parenti (in memoriam) pelo apoio, carinho e incentivo.

A todos os amigos e familiares, pela solidariedade e incentivo que me deram ao longo desta trajetória.

Resumo

O livro didático pode ser considerado um discurso, um texto ou, na perspectiva da enunciação, um enunciado. Nesse sentido, o livro didático é um enunciado produzido por um enunciador (o autor/sua equipe) para um enunciatário (professor/aluno). Como em todo ato enunciativo, por meio do livro didático, estabelece-se uma relação comunicativa entre um destinador e um destinatário, no caso, entre o autor e o aluno. As características dessa relação vêm projetadas no enunciado e nele, portanto, podem ser identificadas e analisadas. Um livro didático pode caracterizar-se por usar, na abordagem do aluno, recursos lingüístico-discursivos que produzem efeitos de informalidade e de proximidade na interação. Por outro lado, esse livro pode também vir marcado por uma linguagem que produz efeitos de formalidade e de distanciamento entre destinador e destinatário. Admitindo-se que informalidade e proximidade são características mais comuns da interação falada, isto é, da oralidade, e que formalidade e distanciamento identificam com mais frequência textos escritos, podem-se, então, analisar os livros didáticos, observando neles tanto a presença de marcas de oralidade quanto a ausência delas. Essa observação leva a identificar efeitos de sentido que poderão ser determinantes do sucesso, em maior ou menor grau, da relação comunicativa entre o destinador-ator e o destinatário-aluno. Com base nesses fundamentos, o objetivo desta pesquisa é analisar, num conjunto de livros didáticos, os enunciados por meio dos quais se estabelece uma relação de comunicação direta e explícita entre os referidos interlocutores, com o objetivo de descrever esses enunciados do ponto de vista da presença ou ausência de marcas de oralidade e, com base nessa descrição, discutir aspectos da qualidade da comunicação entre autor e aluno no livro didático.

Palavras-chave: enunciação, interação, escrita, oralidade, livro didático.

Abstract

The textbook can be considered a speech, a text or, in the perspective of the enunciation, an enunciator. Thus, the textbook is an enunciator produced by a destinator (the author/this staff) for an addressee (teacher/student). As in every enunciative act, by means of the textbook is established a communicative relation between the author and the student. The characteristics of this relation are designed in the enunciated and in it, therefore, can be identified and analyzed. A textbook can present characteristics in the use, in the approach of the student, resources linguistic-speech that produce effects of informality and of proximity in the interaction. Furthermore, this book can also be marked by a language that produces effects of formality and distance between destinator and addressee. Assuming that the informality and the proximity are characteristics most common of the spoken interaction, that is, of the orality, and that formality and distance identify are more often in written texts, we can, then, to analyze the textbooks, watching then at the presence of marks of the orality as the absence of them. This observation leads to identify effects of meaning that will may be determinants of success, in greater or lesser degree, of communicative relation between the destinator-actor and the addressee-student. Based on these concepts, the objective of the research is analyzed, in a set of textbooks, the enunciated through which it establishes a relation of direct communication and explicit between these interlocutors, objectiving to describe these enunciations from the point of view of presence or absence of marks of orality and, based on that description, to argue aspects of the quality of communication between author and the student in the textbook.

Keywords: enunciation, interaction, writing, orality, text book.

Sumário

Introdução	7
1. A noção de oralidade para o estudo do livro didático	10
1.1. Aspectos gerais	10
1. 2. Fala e escrita na perspectiva de um <i>continuum</i>	13
2. Procedimentos de enunciação para a compreensão da oralidade nos livros didáticos	19
3. Análise do <i>corpus</i>.....	35
3.1. Apresentação do <i>corpus</i>	35
3.2. Procedimentos de análise	38
3.3. Resultados da análise	44
4. A interpretação da análise	74
4.1. Características gerais da comunicação por meio dos livros didáticos.....	75
4.2. Traços de oralidade apesar de um distanciamento de princípio.....	77
Considerações finais	88
Referências Bibliográficas	92

Introdução

O estudo da oralidade no livro didático leva a pensar, naturalmente, num trabalho cujo tema central seria a análise das atividades específicas que os livros didáticos apresentam para qualificar o domínio da Língua Portuguesa nas manifestações faladas.

No entanto, esse tipo de estudo também sugere uma outra abordagem da oralidade no livro didático: a que focaliza a forma como o livro é construído. Explicando melhor: o livro didático pode ser considerado um discurso, um texto, ou, na perspectiva da enunciação, um enunciado. Nesse sentido, o livro didático é um enunciado produzido por um enunciador (o autor/sua equipe) para um enunciatário (professor/ aluno). Como em todo ato enunciativo, por meio do livro didático, estabelece-se uma relação comunicativa entre um destinador e um destinatário, no caso, entre o autor e o aluno. As características dessa relação vêm projetadas no enunciado e nele, portanto, podem ser identificadas.

Um livro didático pode caracterizar-se, por exemplo, pelo predomínio de certos recursos lingüístico-discursivos para abordar o aluno, nas atividades propostas, os quais se caracterizam pela informalidade e pela produção de efeitos de sentido de proximidade. Nele também podem predominar, para análise e interpretação, gêneros de textos com essas mesmas características. Um outro livro didático pode vir marcado pelo predomínio de marcas de maior formalidade e, portanto, de distanciamento entre destinador e destinatário. Admitindo-se que informalidade e proximidade são traços de interação falada (da oralidade) e que formalidade e distanciamento são características mais comumente atribuídas a textos escritos, pode-se, então, analisar os livros didáticos como discursos caracterizados por traços de diferentes naturezas, responsáveis ora por um maior grau de informalidade e proximidade, ora de formalidade e distanciamento.

O tema deste trabalho poderia ser, portanto, a oralidade no livro didático, abordada sob dois aspectos: a primeira abordagem focalizaria as atividades propostas pelo autor para trabalhar com os alunos o texto falado propriamente dito; a segunda se voltaria à construção do livro, isto é, observaria o grau de oralidade que marca a estruturação de cada unidade de ensino, seja na forma como o autor se relaciona com o

aluno e, eventualmente, com o professor e nas características dos textos destinados à leitura, compreensão, análise e interpretação.

Optamos por excluir o primeiro aspecto já que esse tem sido investigado com certa frequência, especialmente, nas pesquisas relacionadas na elaboração das propostas dos PCNs no ensino da Língua Portuguesa. Por isso decidimos deixar de lado essa abordagem em nossa pesquisa e ficarmos somente com o segundo aspecto.

Nos limites dessa abordagem, o objetivo geral deste trabalho é estudar a interação entre o destinador-autor e destinatário-aluno na construção do livro didático. Mais especificamente, queremos analisar as situações em que, no livro didático, ocorre uma interação direta e explícita entre autor e aluno e, nessa interação, verificar o quanto ela é marcada por traços de oralidade. Como objetivo decorrente deste, queremos também apontar efeitos e conseqüências que a presença maior ou menor desses traços pode trazer para a eficácia comunicativa do livro didático.

Do ponto de vista teórico de nosso trabalho, uma primeira questão que se apresenta é relativa ao fato de estarmos falando em marcas de oralidade na construção de um livro didático, isto é, de um texto escrito. Esse aparente paradoxo põe a necessidade de definir o que é oralidade no âmbito das relações entre fala e escrita. É o que faremos no capítulo I, em que distinguiremos o enfoque *medial* da fala e da escrita do enfoque *conceptual* dessas duas formas de manifestação lingüística. A oralidade que queremos identificar nos livros didáticos é, evidentemente, de ordem conceptual.

Para a análise sob esse enfoque, não importa se os textos são medialmente falados ou escritos. Tanto uns quanto outros, como veremos, podem ser caracterizados por traços que são próprios ou pelo menos mais recorrentes ora nas interações face a face, ora nas manifestações faladas ou escritas formais. Mostraremos também nesse capítulo que, do ponto de vista da oralidade, os textos são mais ou menos orais, isto é, os diferentes gêneros de textos se distribuem num *continuum* que se estende entre dois pólos: desde o gênero em que as marcas da oralidade são predominantes ao outro em que se verifica a ausência delas.

Um outro aspecto teórico do nosso trabalho decorre do fato de que o livro didático, conforme já dissemos, é, do ponto de vista de uma relação enunciativa, o

produto da enunciação, por meio do qual um enunciador-destinador se comunica com um enunciatário-destinatário. Essa comunicação implica exercer um poder de persuasão sobre o destinatário. O trabalho de persuasão será bem sucedido na medida em que o enunciador souber escolher os recursos linguístico-discursivos adequados e as estratégias argumentativas apropriadas para alcançar os seus propósitos em relação ao destinatário. Isso significa que as marcas da oralidade ou a ausência delas num enunciado - no caso, o livro didático – resultam de procedimentos enunciativos destinados a determinados fins. Nesse sentido é fundamental para a compreensão da natureza do livro didático a identificação e análise de suas características o estudo dos fundamentos da enunciação com particular ênfase nas categorias de pessoa, de espaço e de tempo que será feito no capítulo II.

Com base no conhecimento teórico desses dois capítulos, tentaremos construir um quadro de procedimentos enunciativos que constitua um instrumento de análise criteriosa e possivelmente objetiva dos livros didáticos do *corpus*, levando-nos, assim, a atingir os objetivos acima apresentados.

No capítulo III, apresentaremos os resultados da análise do *corpus*, os quais, evidentemente, virão antecedidos pela apresentação e descrição do *corpus* e pelos procedimentos de análise.

O capítulo IV será reservado às interpretações dos resultados que a análise nos revelar.

Por último, nas considerações finais, faremos uma síntese de nosso trabalho e destacaremos os pontos que nos pareceram mais relevantes.

1. A noção de oralidade para o estudo do livro didático

1.1. Aspectos gerais

Conforme já dissemos na introdução, há uma aparente contradição no fato de se querer estudar a oralidade – caso seja entendida como fala – no livro didático, uma vez que ele é formado pelo conjunto de textos escritos. Diante dessa aparente contradição é preciso definir o conceito de oralidade para que possamos estudar e, para isso, identificar a presença da oralidade nos livros didáticos.

O homem é um ser que fala. Segundo Luft (1993, p. 53), “Pássaros nascem programados para voar, peixes para nadar – o homem nasce programado para (entre outras coisas) falar”. A fala é a primeira forma de linguagem que ele aprende. Domina-a, naturalmente em contextos informais do seu dia-a-dia, nas suas relações sociais, nas suas interações com as pessoas desde a sua idade de criança. Anos mais tarde, o homem aprende a modalidade escrita da língua, em geral num contexto mais formal como é o da escola, por exemplo.

Mas apesar de o uso da fala predominar na vida cotidiana das pessoas e ser muito mais usada do que a escrita, é esta que é considerada mais importante e tem mais prestígio como objeto de estudo seja na escola, seja nas pesquisas nas universidades.

A língua falada só se tornou objeto de estudo recentemente no âmbito dos estudos lingüísticos. Esse estudo proporcionou uma revisão da concepção de língua e de texto, tendo em conta, fundamentalmente, o uso da língua nas diferentes práticas sociais dos falantes.

Tradicionalmente tem sido feita uma genérica distinção dicotômica entre fala e escrita. Nessa perspectiva, a escrita é vista como gráfica, e a fala, como fônica. Somente através da observação do uso cotidiano da linguagem, nos mais variados contextos das relações entre as pessoas, é possível notar como essa visão dicotômica é ingênua e equivocada.

Marcuschi (1998, p. 27) relaciona num quadro as características distintivas geralmente apontadas por estudos que focalizaram a fala e a escrita nessa visão dicotômica.

Fala	versus	Escrita
contextualizada		descontextualizada
dependente		autônoma
implícita		explícita
redundante		condensada
não-planejada		planejada
imprecisa		precisa
não normatizada		normatizada
fragmentária		completa

É possível perceber através do quadro que a oralidade e a escrita são vistas como sendo completamente opostas. As características da fala acabam atribuindo a ela uma qualificação negativa e pejorativa, o que de certa forma explica o prestígio que tem a escrita e a pouca consideração que merece a fala. O preconceito em relação a esta acaba gerando uma visão distorcida da noção de linguagem.

No ensino da língua ainda predomina esse tipo de visão dicotômica e preconceituosa através de uma série de práticas ou concepções. Por exemplo, as atividades escolares destinadas ao domínio da Língua Portuguesa tratam quase que exclusivamente da língua escrita. Conforme a hipótese apresentada na introdução desse trabalho, os exercícios de prática oral são muito poucos.

Também dentro dessa mesma visão preconceituosa considera-se que sabe falar bem aquele que fala como escreve. Essa concepção é evidentemente equivocada, pois ela desconsidera totalmente as condições diferentes e específicas em que se produzem textos falados e textos escritos.

Esses equívocos e preconceitos geram um ensino fragmentado, restritivo e cheio de regras. A consequência disso é a supervalorização da escrita, alimentando o mito de que ela é o lugar da norma e do uso “correto” da língua enquanto que a fala é considerada o lugar do erro e do caos. A perspectiva da dicotomia entre fala e escrita desconsidera que a língua é interativa, heterogênea e que, portanto, não se resume apenas em “certo” ou “errado”.

Como dissemos, em razão dessa visão dicotômica e do desprestígio da fala, os estudos lingüísticos centraram-se mais numa só modalidade da língua: a escrita. No entanto, do ponto de vista lingüístico, a fala não apresenta propriedades intrínsecas negativas, assim como a escrita não tem propriedades intrínsecas responsáveis pelo privilégio que lhe é dado. Nesse sentido, afirma Marcuschi (1998, p. 35):

Postular algum tipo de supremacia ou superioridade de alguma das duas modalidades seria uma visão equivocada, pois não se pode afirmar que a fala é superior à escrita ou vice-versa. Em primeiro lugar, deve-se considerar o aspecto que se está comparando e, em segundo, deve-se considerar que esta relação não é homogênea nem constante.

Tanto a fala como a escrita são modelos de representação cognitiva e social em práticas específicas dos indivíduos na sociedade. Ambas são práticas construídas pelos indivíduos dentro da sociedade. Portanto, a supremacia de uma sobre a outra gera grandes equívocos.

Mas, se essa visão dicotômica é ingênua, cabe então perguntar qual deve ser o critério válido para distinguir a fala da escrita.

Do ponto de vista da distinção dicotômica, um bilhete escrito, um e-mail, uma carta pessoal, um texto científico e uma carta comercial são todos colocados na categoria de textos escritos, pela simples razão de serem veiculados graficamente. Assim também, uma conversa de bar, uma conferência acadêmica e o discurso de um

jurista pertencem à categoria dos textos falados, porque o meio de manifestação lingüística é o som, ou seja, porque são textos sonoros.

Contudo, se formos observar mais cuidadosamente um bilhete dirigido a uma pessoa íntima, ainda que se realize por escrito, ele apresenta características de fala, sendo, por isso, *conceptualmente*, um texto falado. Já um discurso científico (uma conferência, uma apresentação num congresso), embora seja um texto de realização fônica, é *conceptualmente* um texto escrito.

Segundo Marcuschi (1998, p.38),

Há gêneros que se aproximam da oralidade pelo tipo de linguagem e pela natureza da relação entre os indivíduos, por exemplo, as cartas íntimas e pessoais. Isso já não ocorre no caso das cartas comerciais ou cartas abertas.

Pode-se dizer, então, que as manifestações lingüísticas não se distinguem unicamente pelo *meio* de sua realização (gráfico ou sonoro), mas também e especialmente pelos fatores determinados pela *concepção* discursiva do texto. E essa concepção é primordialmente definida pela prática social em que os falantes interagem e produzem os textos. Em outras palavras, são as condições de produção, os objetivos da comunicação e as conseqüentes estratégias de formulação que imprimem o caráter de falado ou de escrito a um texto. Dessa forma existem textos com um grau maior ou menor de marcas de oralidade ou de escrita.

Em resumo, a distinção entre texto falado e texto escrito pode ser de natureza *medial* (gráfica e sonora) e *conceptual* (distinção determinada pelas condições de produção dos textos).

1. 2. Fala e escrita na perspectiva de um *continuum*

Do ponto de vista conceptual, a distinção entre texto escrito e texto falado se baseia nas condições de comunicação e de produção do texto. Por isso, o bilhete e a conversa informal, embora sendo o primeiro gráfico e a segunda fônica, são ambos falados, *no sentido conceptual de fala*; ao passo que o artigo científico e o discurso do jurista, ainda que o primeiro seja manifestado graficamente e o segundo, oralmente, são ambos escritos, *considerando-se escrita no sentido conceptual*.

Dá se redefine a noção de fala e de escrita. Ambas são definidas com base nas estratégias usadas pelos usuários da língua em função das características do ato de comunicação que origina o texto. Um texto conceptualmente falado prototípico seria aquele que apresenta em mais alto grau, do ponto de vista da comunicação, as seguintes características: privacidade, intimidade, proximidade, envolvimento emocional, dialogicidade, espontaneidade e uma elevada dependência emocional e situacional, além da baixa centração temática. É um texto que, da perspectiva da formulação, teria pouco ou nenhum planejamento prévio e seria de caráter provisório. As conversas informais entre amigos, colegas, nas diferentes situações do dia-a-dia seriam o exemplo para o texto conceptualmente falado prototípico.

Um texto conceptualmente escrito prototípico se caracterizaria, então, por um maior grau de formalidade, impessoalidade, distanciamento, objetividade, com pouca dialogicidade e esvaziado de traços emocionais. São exemplos prototípicos para esse tipo de texto as conferências e discursos no contexto acadêmico e jurídico.

Observa-se que esses dois tipos de textos prototípicos definem dois pólos na distinção entre fala e escrita, nos quais se situam determinados gêneros de textos. Fica evidente, então, que os textos produzidos pelos usuários da língua, em suas mais variadas práticas sociais, se distribuem entre esses dois pólos, ficando todos mais ou menos próximos de um deles.

Este gráfico de Marcuschi (1998, p. 38) mostra essa distribuição e ao mesmo tempo revela que, do ponto de vista da fala e da escrita, os diversos gêneros textuais em uso por uma certa comunidade lingüística se distribuem na forma de um *continuum*, isto é, são conceptualmente mais ou menos falados e mais ou menos escritos independentemente de sua manifestação medial (sonora ou gráfica).

No gráfico acima, ficam evidentes dois planos: o superior representando a escrita, e o inferior representando a fala. Assim, GF1, na extrema esquerda, no plano inferior, representa o texto prototipicamente falado, exemplificado pela conversa informal, por possuir caráter fônico e ser construído segundo as estratégias da interação face a face. Se continuarmos a observação, vamos identificar, a partir do GF1, sucessivamente os textos GF2, GF3,...GFn. Todos eles são elaborados sob a perspectiva fônica, porém assumem gradativamente as características de textos escritos em razão das estratégias de construção que as condições de produção vão impondo.

Na extrema direita superior temos os textos prototipicamente escritos, representados por GE1, por serem gráficos e terem as marcas discursivas próprias da comunicação escrita. Exemplificam esses textos cartas comerciais, textos acadêmicos, artigos científicos, contratos, etc. Prosseguindo na observação, em GE2, GE3... GEN, identificaremos textos escritos, mas que vão gradativamente incorporando características da fala, podendo ser identificados como textos conceptualmente falados, como é o caso dos bilhetes, cartas pessoais, e-mails, chats.

Com o movimento simultâneo nos dois planos horizontais, enfatizando o centro do gráfico, identificaremos um conjunto de textos que, do ponto de vista conceptual, são “equilibradamente” marcados pela fala e pela escrita, como é o caso dos textos de jornais e revistas (medialmente escritos) e os noticiários de TV e rádio (medialmente falados).

Essas explicações e exemplificações ratificam o conceito de que os gêneros de textos se distribuem num *continuum* entre os dois pólos referidos, podendo ser conceptualmente falados ou escritos, não importando o seu caráter medial.

O *continuum* de gêneros textuais distingue e correlaciona os textos de cada modalidade (fala e escrita) quanto às estratégias de formulação que determinam o contínuo das características que produzem as variações das estruturas textuais-discursivas, seleções lexicais, estilo, grau de formalidade etc., que se dão num contínuo de variações, surgindo daí semelhanças e diferenças ao longo de contínuos sobrepostos (Marcuschi, 1998, p.42)

Para concretizar o esquema acima, Marcuschi (1998, p. 41) apresenta um outro quadro, transcrito a seguir, no qual diferentes gêneros textuais vêm distribuídos no *continuum* e assim nele são identificados, do ponto de vista conceptual, quanto ao seu caráter falado ou escrito.

Chamam atenção, nesse quadro, os gêneros que estão circulos no centro do gráfico. Eles são considerados gêneros “mistos”, do ponto de vista conceptual da

relação fala e escrita, pois são marcados, com um certo equilíbrio, tanto pelas estratégias discursivas dos textos falados quanto pelas dos textos escritos. Os textos dos noticiários de TV, por exemplo, por se destinarem a um público médio, isto é, tanto a ouvintes habituados à escrita quanto aos que são pouco familiarizados com ela, apresentam características de oralidade e de escrita numa medida equilibrada. O mesmo pode-se dizer dos anúncios classificados e de outros textos assinalados por Marcuschi no quadro acima.

Resumindo o que dissemos, a perspectiva conceptual faz com que a fala e a escrita deixem de referir-se a textos dicotomicamente antagônicos, na medida em que, segundo Marcuschi (1998, p. 42)

se parte da noção de funcionamento da língua como fruto também das condições de produção, ou seja, da atividade de produtores/receptores de textos situados em contextos reais e submetidos a decisões que seguem estratégias nem sempre dependentes apenas do que se convencionou chamar sistema lingüístico. Daí a necessidade de se adotar um componente funcional para analisar a relação fala versus escrita enquanto modalidades de uso.

O que entendemos, então, é que as características da oralidade (de fala) não identificam unicamente textos medialmente falados, mas caracterizam igualmente textos medialmente escritos. Neste último caso, trata-se de uma oralidade conceptual, determinada pelas condições de comunicação e de interação em que o texto é produzido. É a oralidade assim concebida que queremos analisar no livro didático. O nosso objetivo é investigar se a forma de o livro didático ser construído e estruturado, mais especificamente, se os enunciados que traduzem as interações entre o destinador-autor e o destinatário-aluno são caracterizados por determinadas estratégias lingüístico-discursivas que apontam para a oralidade.

Mas que estratégias são essas? O estudo que até aqui fizemos não respondeu claramente a essa pergunta. Dissemos que são textos simples do ponto de vista do léxico e da sintaxe. Além disso, são textos diretos porque estabelecem uma relação de diálogo e dão a impressão de uma interação direta entre o autor do texto e seu leitor. É fundamental que identifiquemos de forma mais objetiva e discriminada os recursos lingüístico-discursivos por meio dos quais essas estratégias se realizam. Essa

discriminação resultará num quadro de traços que teremos de identificar nos livros didáticos para avaliá-los do ponto de vista das marcas de oralidade neles presentes. A esse quadro queremos chegar com o estudo a ser desenvolvido no próximo capítulo.

2. Procedimentos de enunciação para a compreensão da oralidade nos livros didáticos

Um outro aspecto a ser tratado no presente trabalho decorre do fato de que o livro didático, conforme já dissemos, nas considerações em que foi definido o problema desta pesquisa, é, do ponto de vista de uma relação enunciativa, o produto da enunciação, através do qual um enunciador-destinador se comunica com um enunciatário-destinatário. Essa comunicação implica que o destinador exerce um poder de persuasão sobre o destinatário. O trabalho de persuasão será bem sucedido na medida em que o destinador fizer as escolhas dos recursos linguístico-discursivos adequadas à situação comunicativa e das estratégias argumentativas apropriadas para alcançar os seus propósitos em relação ao destinatário. Isso significa, no que se refere a esta pesquisa, que as marcas da oralidade ou ausência delas num enunciado – no presente caso, no livro didático - resultam de procedimentos enunciativos destinados a determinados objetivos. Assim, é fundamental para o entendimento da natureza do livro didático e para a identificação e análise de suas características, o estudo dos fundamentos da enunciação, com particular ênfase na categoria de pessoa. É o que faremos neste capítulo.

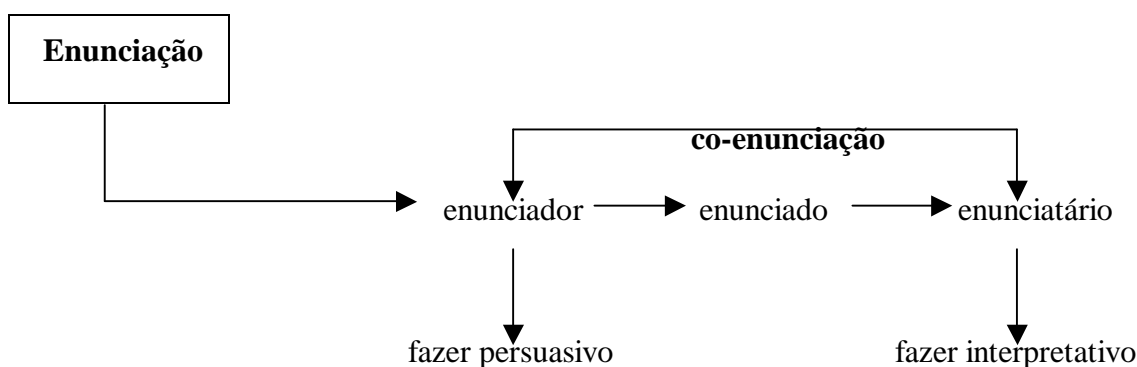
A língua tem existência na enunciação que, por sua vez, sempre se realiza em situação de interação entre um enunciador e um enunciatário (Bakhtin, 1981, cap. 4, 5, 6 e 7). Os fatos da linguagem, portanto, somente existem na medida em que são enunciados por falantes de uma língua. E os falantes só enunciam quando se relacionam com outros falantes, ou seja, a enunciação se realiza num ato de comunicação entre um falante e um ouvinte, ou, em sentido amplo, entre um enunciador e um enunciatário.

Para Benveniste (1989, p.82), o fundador dos estudos da enunciação, “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. Há, portanto, uma sintonia entre as concepções de enunciação de Bakhtin e Benveniste. Os dois admitem que a língua existe enquanto instrumento de interação entre os indivíduos pelo ato de enunciação.

Segundo Fiorin (2003, p. 162), “o primeiro sentido de enunciação (...) é o de ato produtor do enunciado”. Esse autor, portanto, destaca o fato de que o ato de

enunciar, de “pôr a língua em funcionamento” resulta num produto que é o enunciado, ou, mais simplesmente, o texto. Se a enunciação acontece numa relação comunicativa, pode-se então ampliar o conceito de enunciação, dizendo que ela é a relação de comunicação entre um enunciador e um enunciatário que ocorre por meio de um enunciado.

Apresentaremos esse conceito no seguinte esquema:



A seguir tentaremos explicar cada um desses componentes da enunciação.

Segundo Tatit (2002, p. 205) “O conceito de enunciador deve ser tomado como uma categoria abstrata, cujo preenchimento numa situação específica, faz emergir o que conhecemos como autor, falante, artista, poeta etc.” *Enunciador* não é, portanto, uma pessoa física, real, mas é a pessoa que se revela nas marcas deixadas no texto.

O ato de enunciar realizado pelo enunciador determina necessariamente a existência de um enunciatário que, no dizer de Tatit (p. 205), “define-se como categoria por meio da qual se manifestam leitores e fruidores de maneira geral”. O enunciatário corresponde ao leitor implícito ou abstrato, ou seja, à imagem do leitor construída pela obra. O *enunciatário* também é uma entidade que se revela e se constitui nas marcas do discurso.

Enunciador e enunciatário constituem ambos o sujeito da enunciação. No dizer de Fiorin (2003, p. 163), “o enunciatário, como filtro e instância pressuposta no ato de

enunciar é também sujeito produtor do discurso, pois o enunciador, ao produzir um enunciado, leva em conta o enunciatário a quem ele se dirige”. Nesse sentido, pode-se dizer que o sujeito da enunciação é o enunciador e o enunciatário, ou seja, o sujeito da enunciação é um *co-enunciador*. Um exemplo concreto da co-enunciação é verificado numa conversa, sobre um determinado tema, de um adulto para uma criança e de um adulto para outro adulto. A relação adulto/criança leva o enunciador adulto a tornar adequado o seu enunciado com as marcas específicas da linguagem infantil, o mesmo já não ocorre com a relação adulto/adulto.

Para completar a noção de enunciador e enunciatário, é importante ainda dizer que cabe ao enunciador um *papel persuasivo* na enunciação e ao enunciatário um *fazer interpretativo*. Sobre isso Barros (1999, p. 62) afirma:

O enunciador define-se como o destinador-manipulador responsáveis pelos valores do discurso e capaz de levar o enunciatário a crer e a fazer. A manipulação do enunciador exerce-se como um fazer persuasivo, enquanto ao enunciatário cabe o fazer interpretativo da ação subsequente. Tanto a persuasão do enunciador quanto a interpretação do enunciatário se realizam no e pelo discurso.

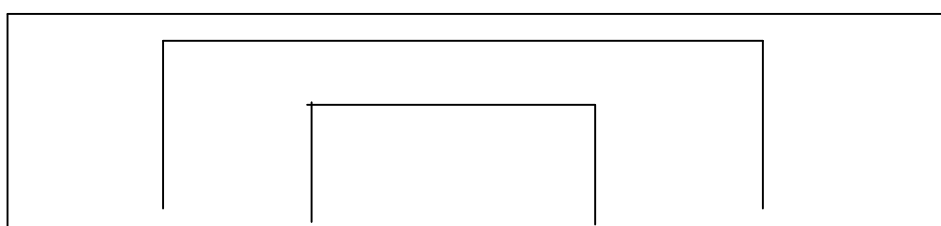
Na enunciação, o enunciador que enuncia é sempre um *eu* que, ao enunciar institui um *tu*, o enunciatário.

Eu é aquele que diz *eu*. O *eu* existe por oposição ao *tu*. Dessa forma, o *eu* estabelece uma outra pessoa, aquela à qual ela diz *tu* e que lhe diz *tu*, quando, por sua vez, toma a palavra. A categoria de pessoa é essencial para que a linguagem se torne discurso (Fiorin, 2003, p. 163).

O sujeito *eu* enuncia num dado espaço e num dado tempo. Esse tempo e esse espaço em que sempre se realiza a enunciação são determinados em função e a partir do *eu* enunciador. Assim, o *eu* enuncia num espaço do *aqui* e num tempo do *agora*. Ou, como diz Fiorin (2003, p. 163): “O *aqui* é o espaço do eu e o *agora* é o momento da enunciação. A partir desses dois elementos, organizam-se todas as relações espaciais e temporais.” Em síntese, são três, portanto, as categorias da enunciação: a pessoa, o espaço e o tempo.

A relação eu/tu da enunciação pode se revelar em diferentes instâncias na construção do enunciado. Também são três as instâncias enunciativas, que se apresentam como três níveis enunciativos hierarquizados: a relação entre enunciador e enunciatário; a relação entre narrador e narratário e a relação entre interlocutor e interlocutário. Cada uma dessas relações identifica a relação eu/tu constitutiva da enunciação.

A hierarquia desses níveis fica bem evidente neste esquema de Barros (1988, p. 75):



enunciador [narrador [interlocutor [objeto] interlocutário] narratário] enunciatário

(presup.)

(pressup.)

A primeira instância é a relação entre enunciador e enunciatário. É a instância da enunciação em si, que é única e singular e que, portanto, não se repete. Quando se lê e se analisa um texto (o enunciado), essa leitura e essa análise só se tornam possíveis porque antes o texto foi enunciado, isto é, porque antes ocorreu a enunciação. Como o enunciador é o responsável pela enunciação, a relação enunciador-enunciatário é sempre pressuposta em relação ao enunciado.

O segundo nível da hierarquia enunciativa é o da relação eu/tu instalada no enunciado, isto é, no texto enquanto produto da enunciação. Trata-se da relação narrador-narratário. O narrador é a entidade a quem o enunciador delega a voz no enunciado. Para explicar melhor essas duas primeiras instâncias da enunciação, observemos este bilhete de Graciliano Ramos a sua mulher Heloísa, escrito da prisão (Ramos, 1994, p. 165):

Heloísa: Vou passando bem. O capitão Mata é um excelente companheiro, e com ele ninguém pode estar triste. Não pretendo voltar a Alagoas. Peça

os conselhos de seu Américo para que as coisas não fiquem muito ruins. Vou ver se consigo trabalhar para o José Olympio ou outro editor. Abraços. Graciliano.

Recebi os troços que você mandou.

O *eu* inscrito no enunciado (vou, não pretendo, recebi) é a voz do narrador, por delegação do enunciador. Não é mais a voz do enunciador, pois esta é pressuposta. Em “Recebi os troços que você me mandou”, é o narrador que se manifesta, já que se trata de um enunciado, que só tem existência por antes ter ocorrido a enunciação. Assim também o *tu* inscrito no enunciado (Heloísa, peça, você) não é o enunciatário, que é uma instância da enunciação, mas sim o narratário que se apresenta no enunciado.

O narrador pode, num determinado enunciado, representar, através de diferentes recursos, a instância da enunciação e produzir a ilusão de que a enunciação está ocorrendo no momento da leitura do enunciado. É o que ocorre com essa carta de Graciliano Ramos, na qual o narrador se diz eu, dando a impressão de ser o eu do enunciador que enunciaria aqui e agora. Quando ocorre essa representação da enunciação no enunciado, temos a *enunciação enunciada*.

Os textos que trazem as marcas da enunciação são textos *enunciativos*. Como a carta de Graciliano mostra, pelo fato de um *eu* referir-se a um *tu*, os textos com essas marcas produzem efeitos de subjetividade, de proximidade, de parcialidade e de cumplicidade. Por isso são esses textos produzidos nas relações de intimidade, como é uma carta do marido para a sua mulher, nas interações face a face, nas relações diretas e imediatas do dia a dia, nas situações informais. É por meio deles que as pessoas externam os seus sentimentos, sua sensibilidade, seus impulsos e suas emoções. Em resumo, esses textos trazem características daqueles produzidos nas interações faladas, o que os torna textos falados prototípicos, como vimos no capítulo anterior.

Portanto, a oralidade conceptual é caracterizada pela presença das marcas da enunciação nos textos. No caso dos livros didáticos, objeto de nossa pesquisa, verificaremos se os textos propostos para leitura e interpretação são enunciativos e se o modo de o autor se dirigir aos alunos é caracterizado pelas marcas da enunciação. Dessa forma, reconheceremos os traços de oralidade presentes neles.

Existe um outro tipo de texto em que as marcas da subjetividade da enunciação vêm apagadas. Não que esses não sejam igualmente produzidos por um *eu* que enuncia *aqui* e *agora*. O fato de serem textos em terceira pessoa, como são os textos jornalísticos, os textos científicos e outros, produz efeitos de objetividade, de distanciamento e de imparcialidade. São os textos *enuncivos*. Um livro didático composto predominantemente com unidades textuais enuncivas teria, em princípio, um baixo grau de oralidade.

Finalmente, a terceira instância enunciativa se realiza quando o narrador delega a voz a um interlocutor, estabelecendo a relação interlocutor-interlocutário. Esta instância enunciativa se manifesta nos textos através do discurso direto. Nele um segundo enunciador se manifesta, como mostra este exemplo do jornal *Folha de São Paulo* (20.02.2007):

Bispo retoma protesto contra obras e entrega carta a Lula

O bispo de Barra (BA), d. Luís Cappio, vai retomar logo após Carnaval os protestos contra as obras de transposição do rio São Francisco. Na quinta-feira, o próprio religioso vai protocolar no Palácio do Planalto uma carta em que pede a reabertura do diálogo com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a obra e critica o Ministério da Integração Nacional, responsável pelo projeto. (...)

O principal alvo da carta do bispo será o Ministério da Integração Nacional, que coordena as obras, orçadas inicialmente em R\$ 4,5 bilhões. D. Luís reconhecerá a sensibilidade de Lula para obedecer o que foi pactuado quando encerrou o jejum, ao se comprometer a negociar os termos do projeto. Porém, o bispo acrescentará em seu protesto que "há setores do governo que agem na contramão do que foi acordado, optando pelo silêncio com os movimentos sociais que criticam a transposição". **"Não pode ser um diálogo feito a quatro paredes, todos têm que participar"**, disse o bispo.

Desde o início do texto ouve-se a voz do narrador que relata os acontecimentos relativos ao bispo D. Luís Cappio e até numa passagem cita indiretamente a própria fala do bispo: "Há setores do governo que agem na contramão do que foi acordado, optando pelo silêncio com os movimentos sociais que criticam a transposição". Na passagem que está em destaque ao final do texto, porém, o narrador dá voz ao próprio bispo, a

personagem central da reportagem, que, então, se manifesta em discurso direto, constituindo-se ele próprio um enunciador.

Explicadas as instâncias da enunciação e definidas as categorias enunciativas de pessoa, espaço e tempo, cabe agora fazer algumas considerações sobre a debreagem e a embreagem que são dois mecanismos que instauram essas três categorias no enunciado.

Entende-se por debreagem a operação do enunciador em projetar no enunciado as categorias de pessoa, espaço e tempo, o que permite classificar a debreagem em actancial, espacial e temporal. Segundo Barros (1999, p.54).

O sujeito da enunciação faz uma série de opções para projetar o discurso, tendo em vista os efeitos de sentido que deseja produzir. Estudar as projeções da enunciação é, por conseguinte, verificar quais são os procedimentos utilizados para constituir o discurso e quais os efeitos de sentido fabricados pelos mecanismos escolhidos.

Dependendo dos efeitos de sentido que o enunciador quer produzir, a debreagem pode ser enunciativa ou enunciva. Pela debreagem enunciativa o enunciador projeta no enunciado as marcas do eu/aqui/agora, produzindo os efeitos de subjetividade, de proximidade e de parcialidade. Textos resultantes desse tipo de debreagem são os *textos enunciativos*, conforme já mostramos acima. A debreagem enunciativa caracteriza, por exemplo, cartas e textos autobiográficos.

A debreagem enunciva, ao contrário, não projeta no enunciado as marcas da enunciação. Ela produz um afastamento da enunciação, apagando no enunciado as marcas do eu/aqui/agora, resultando daí textos em terceira pessoa que produzem uma ilusão de ausência de subjetividade e, portanto, um efeito de objetividade, de distanciamento e de impessoalidade. Textos produzidos por esse tipo de debreagem são os *textos enuncivos*. A debreagem enunciva é própria dos textos jornalísticos e dos textos científicos.

É importante ressaltar que não existem textos objetivos, porque, de acordo com Fiorin (2003, p. 179) “eles são sempre fruto da subjetividade e da visão de mundo de um enunciador. O que há são textos que produzem um efeito de objetividade”. Tanto na

debreagem enunciativa quanto na debreagem enunciava há um “eu” que dá origem à enunciação.

Na verdade, os textos subjetivos e objetivos identificam-se com base nos efeitos de subjetividade e de objetividade que produzem.

A debreagem também pode ser analisada do ponto de vista das três instâncias da enunciação. Temos então:

- debreagem de primeiro grau, quando o enunciador delega a voz ao narrador;
- debreagem de segundo grau, quando o narrador delega voz ao interlocutor;
- debreagem de terceiro grau, quando o interlocutor delega voz a um segundo interlocutor.

As debreagens de 2^o e 3^o graus são *debreagens internas*, as quais podem ser também enunciativas e enuncivas. Isso quer dizer que, quando o narrador delega a voz a um personagem (interlocutor) ou este a um outro personagem (segundo interlocutor), essas personagens podem se manifestar em primeira ou em terceira pessoa, produzindo assim *enunciados enunciativos ou enuncivos*.

No caso do discurso direto do bispo, na reportagem jornalística transcrita anteriormente, trata-se de uma debreagem de segundo grau enunciva, já que a sua fala não vem caracterizada pelas marcas da enunciação do eu/aqui/agora.

Nesta outra notícia do mesmo jornal,

Cúpula e atletas participam do desfile

A cúpula organizadora do Pan 2007 desfilou na Portela. Vários atletas e para-atletas também participaram. O presidente do Comitê Organizador, Carlos Arthur Nuzman, contava vantagem: "**Já desfilei dez anos na Mangueira e saio em escola de samba antes da existência da Marquês de Sapucaí**".

a debreagem de segundo grau é enunciativa, já que o discurso direto é marcado pelo eu da enunciação.

A debreagem interna cria efeitos de sentido específicos no texto, criando um efeito de realidade.

Na sintaxe do discurso, os efeitos de realidade decorrem, em geral, da de breagem interna. Quando, no interior, cede-se a palavra aos interlocutores, em discurso direto, constrói-se uma cena que serve de referente ao texto, cria-se a ilusão de situação “real” de diálogo (Barros, 1999, p. 59).

No discurso direto, cria-se, portanto, a ilusão de que se ouve exatamente o que o personagem fala. Na verdade, o segmento citado em discurso direto é sempre uma escolha do enunciador.

Finalmente, cabe ainda apresentar a noção de *embreagem* em oposição à noção de *debreagem*. Trata-se de uma operação de construção do enunciado que consiste na neutralização de oposições no interior das categorias de pessoa, espaço e tempo. Isso leva a admitir que, assim como para a debreagem, também existe a embreagem actancial, a espacial e a temporal. No que se refere às pessoas, por exemplo, a embreagem consiste em empregar uma pessoa com o valor de outra, o que resulta em determinados efeitos de sentido no texto. Fiorin (1996, p. 85) apresenta vinte possibilidades de embreagem de pessoa. Desse autor citaremos e comentaremos aqui somente dois exemplos:

a) - *Filhinho, o papai não quer que você faça mais isso (p. 86).*

Nesse caso, está sendo empregada a terceira pessoa com o valor de primeira. O fato de o papai se dizer “papai” e não *eu* dá maior força à admoestação, já que ela é feita por quem tem autoridade natural, institucional e cultural sobre o filho.

b) - *Então, eu quebrei o vaso da Companhia das Índias, eu escondi os cacos, eu quis pôr a culpa na empregada (p. 92).*

Nesse exemplo, o **eu** é empregado com o valor de **tu**. Suponhamos que essa seja a forma usada pela mãe para admoestar o filho por ter quebrado o vaso, a embreagem de pessoa produz um claro efeito de ironia.

Certas operações de embreagem podem também representar traços de oralidade conceptual em textos escritos e, portanto, também nos livros didáticos. É o caso, por exemplo, desta afirmação: “**Você** trabalha da manhã à noite, dá aulas para pequenos e grandes e, no fim do mês, **você** se dá conta de que **seu** salário é uma indignidade”. Quando, com essa fala, o professor se queixa de suas próprias condições de vida, de sua precária situação salarial, a segunda pessoa (você) está sendo empregada com o valor de primeira (eu). Essa embreagem de pessoa é uma marca de informalidade e de proximidade com o ouvinte, constituindo, portanto, um traço de oralidade.

Até aqui abordamos a categoria pessoa no processo da enunciação. Mas, como dissemos, a pessoa sempre enuncia num tempo *agora* e num espaço *aqui*. Por isso, como em nosso *corpus* também pretendemos identificar essas marcas como traços de oralidade nos enunciados, faremos, seguir breves observações sobre as categorias tempo e espaço na enunciação.

O tempo da enunciação é sempre aquele em que a enunciação acontece. Ou seja, é o tempo presente, o agora. Em relação a esse tempo é que se definem os demais tempos na língua: Por exemplo, o *antes* e o *depois* só se entendem em função do momento da enunciação, o *agora*. A mesma coisa acontece para o *ontem* e o *amanhã*, cujo sentido é determinado pelo *hoje*. Quando, por exemplo, o livro didático ordena “Vamos agora reler este texto.”, ocorre a projeção do tempo da enunciação (agora) no enunciado, produzindo-se, assim, um enunciado enunciativo, que cria a ilusão de que este enunciado do livro didático está sendo produzido no momento em que é lido pelos alunos ou pelo professor.

A enunciação, além disso, sempre se realiza num determinado espaço, que é aquele do momento em se enuncia. Se a enunciação se realiza no tempo do agora (o presente), esse agora sempre coincide como o espaço em que, no ato da enunciação o enunciator se encontra, ou seja, o espaço *aqui*. Assim, sempre que o enunciator projetar no enunciado qualquer forma que indique o lugar em que a enunciação está acontecendo, produz-se um enunciado enunciativo na perspectiva do espaço da enunciação. Como exemplo, serve este, que poderia constar num livro didático: “Neste capítulo vamos estudar os substantivos”. Trata-se, neste caso, de uma referência no enunciado ao espaço aqui (neste) da enunciação. Na língua há diferentes formas de

indicar o espaço. Os recursos mais comuns são os advérbios e os pronomes demonstrativos.

Assim como a categoria enunciativa da pessoa, também as categorias tempo e espaço pode, então, ser responsáveis por traços de oralidade nos enunciados.

Com essas considerações sobre os fundamentos da enunciação, acreditamos ter abordado os principais elementos para constituir um quadro de características a serem consideradas, na observação dos livros didáticos, para neles avaliar as relações enunciativas entre autor e aluno e as propostas de trabalho do ponto de vista da presença da oralidade conceptual.

Para constituirmos esse quadro e com mais clareza e objetividade percebermos os fatores de oralidade na construção dos livros didáticos, faremos a seguir uma síntese de dois artigos de Barros. O primeiro se intitula *Interação em anúncios publicitários* (2002) e o outro, *Efeitos de oralidade no texto escrito* (2006). Ambos foram elaborados com base nos princípios teóricos da enunciação que acima apresentamos e abordam a *oralidade conceptual* em textos escritos ainda que não mencionem essa expressão e nem discutam o seu conceito como o fizemos no primeiro capítulo.

a) *Interação em textos publicitários*

Neste artigo, a autora analisa anúncios publicitários de bancos. Em sua investigação, procura descrever os vários efeitos de sentido que produzem os diferentes usos das pessoas do discurso (a categoria pessoa) nas relações enunciativas entre o destinador (o banco) e o destinatário (o cliente) das peças publicitárias analisadas.

Os anúncios analisados são tanto enunciações enunciadas quanto enunciados, isto é, são textos enunciativos e textos enuncivos. Entre os primeiros a autora destaca sete formas de uso das pessoas do discurso para construir a relação destinador-destinatário, conforme mostra o quadro abaixo (p. 22):

	Destinador	Destinatário
a)	1ª. Pessoa do singular (eu)	2ª. pessoa do singular (você)

b)	1ª. Pessoa do plural (nós inclusivo)	implícito (você ou vocês)
c)	1ª. pessoa do plural (nós) em lugar da 1ª. do singular	2ª. pessoa do singular (você)
d)	1ª. pessoa do plural (nós) em lugar da 1ª. Pessoa do singular	3ª. pessoa (ele) em lugar da 2ª. pessoa
e)	3ª. pessoa (a gente) em lugar da 1ª. do plural ou da 1ª. do singular	2ª. pessoa do singular (você) ou 3ª. pessoa (ele) em lugar da 2ª.
f)	3ª. pessoa (ele) em lugar da 1ª. do singular	2ª. pessoa do singular (você)
g)	3ª. pessoa (ele) em lugar da 1ª. do singular	3ª pessoa (ele) em lugar da 2ª pessoa

a) A primeira relação **eu-você** caracteriza as interações face a face ou até mesmo as escritas (veja-se a carta da prisão de Graciliano) informais, íntimas, pessoais, espontâneas. O seu uso em textos escritos, no caso publicitários, produz efeitos de aproximação, de subjetividade, de relação de diálogo em que a possibilidade de fala dos interlocutores é simétrica, possibilitando a reciprocidade dos papéis de falante e ouvinte. Essa relação é pouco freqüente nos anúncios analisados, o que mostra que não é tendência dos bancos colocarem-se numa mesma relação de igual para igual com seus clientes.

b) Na segunda relação, **nós (inclusivo)-você/vocês (implícitos)**, o banco-destinador se diz nós, incluindo o cliente-destinatário. Por isso que se diz que esse nós é *inclusivo* em oposição ao **nós exclusivo**, que não incorpora o destinatário. Ocorre nesse tipo de anúncio, através desse uso das pessoas do discurso, uma identificação entre o destinador e o destinatário. “Não há diálogo, não há reciprocidade de papéis, já que os papéis do eu e do você não se separam, não se distinguem, mas, ao contrário, se confundem numa ‘massa amorfa’ comum” (p. 25). Apesar de não haver simetria de diálogo entre destinador e destinatário, nesse tipo de relação, a identificação de ambos produz efeitos de subjetividade e de aproximação, já que em nós está incluído um eu e

um tu. Segundo a autora, essa relação caracteriza os anúncios de bancos nacionais que se consideram os bancos de “todos os brasileiros” (p. 25).

c) Na relação *nós-você*, o destinador assume uma identidade institucional, de grupo. Comparado com o destinador **eu**, o uso de *nós* produz um certo efeito de distanciamento em relação ao cliente. Essa situação é modificada quando o pronome empregado é *você*, já que “o emprego de *você* para o destinatário produz os efeitos de cumplicidade e comprometimento com o cliente, de interesse por ele, que é, dessa forma colocado como a finalidade primeira das ações do banco” (p.27).

A pesquisa não revelou muitos anúncios caracterizados por essa relação.

d) Na relação **nós-ele** a intimidade entre destinador e destinatário é atenuada ainda mais, reforçando-se o distanciamento entre os interlocutores. Ainda que haja uma relativa informalidade no uso do **nós**, o efeito de distanciamento ocorre especialmente pelo fato de o destinatário ser tratado por *ele*, isto é, ser identificado pela 3ª pessoa. Não tratá-lo por *você* (2ª pessoa) significa excluí-lo da relação comunicativa, o que é a forma mais extrema de distanciamento nas relações pessoais. “O uso da 3ª. pessoa pela 2ª produz o efeito de exclusão do outro da troca lingüística, de deslocamento do destinatário de uma posição simétrica e recíproca em relação ao **eu** ou ao **nós**” (p. 28).

Esse uso das pessoas do discurso também não ocorre muito nos anúncios pesquisados.

e) O emprego do **a gente-ele** atenua os efeitos de aproximação da enunciação, de subjetividade, de reciprocidade e de igualdade entre os participantes do discurso. Isso se deve ao fato de que tanto o banco-destinador quanto o cliente-destinatário se apresentam nos anúncios em 3ª pessoa. Portanto, não há uma relação de troca lingüística que ocorra através de uma relação comunicativa entre um **eu** e um **tu**. Em todo caso o uso do *a gente* para o destinador, com o valor de **nós** ou até **eu**, produz nesse tipo de anúncio um efeito de informalidade, uma vez que *a gente* é esse um recurso muito freqüente nas interações faladas espontâneas. Também esses anúncios, segundo a autora, não são muito freqüentes.

f) A relação **ele-você**, pelo fato de o destinador apresentar-se em 3ª pessoa, “enfraquece a intimidade, a subjetividade, a reciprocidade ou a igualdade dos laços

estabelecidos entre os interlocutores e acentua a assimetria e o distanciamento das relações”. Por outro lado, porém, pelo fato de o banco dirigir-se ao cliente em 2ª pessoa, usando *você*, reduz-se esse distanciamento, já que é essa a forma mais direta e informal para alguém se dirigir ao outro numa comunicação. Uma forma mais direta, informal e íntima do que essa seria chamar o interlocutor pelo nome. O banco, ao chamar o cliente de *você*, assume com ele um certo comprometimento e até cumplicidade, além de produzir um efeito de individualidade, dando a impressão de o cliente, individualmente, ser o objeto das ações do banco. O uso do *ele*, na relação entre banco e cliente, pelo efeito de distanciamento que produz destaca também certos atributos do banco como poder e autonomia e mistério. Na pesquisa feita pela autora, é este o tipo de relação mais freqüente nos anúncios de bancos analisados.

g) Finalmente, a última enunciação enunciada é identificada pela relação **ele-ele** (em lugar da relação **eu-você**). Anúncios em que a 3ª pessoa é usada com o valor de 1ª para do destinador e com o valor de 2ª para o destinatário apagam formalmente as marcas da enunciação na interação. “Essa escolha enunciativa produz os efeitos de sentido já mencionados do uso da 3ª. pessoa pela 1ª - atenuação da aproximação da enunciação e da subjetividade – e do emprego da 3ª pessoa pela 2ª - enfraquecimento da igualdade e da reciprocidade entre os interlocutores” (p. 37).

Além dessas sete formas de enunciação enunciada ou de anúncios enunciativos a autora analisa também dois tipos de anúncios publicitários que são enunciados-enunciados ou anúncios enuncivos. O primeiro tipo se caracteriza pelo fato de o destinador (banco) se apresentar em 3ª pessoa, agora não com o valor de 1ª, como ocorreu no caso anterior, e o destinatário igualmente ser mencionado por um *ele*, com o valor efetivo de terceira pessoa. Em anúncios desse tipo “apagam-se as evidências de comunicação e de interação, em favor da objetividade dos dados, dos fatos” (p.38). E mais adiante acrescenta Barros (p.39): “Esse tipo de discurso é utilizado sobretudo pelos bancos que querem construir imagens de objetividade e seriedade e/ou de refinamento, sofisticação, educação, já que há pouca proximidade afetiva ou emocional”.

E, por último, ainda na enunciação enunciva, temos os anúncios marcados pela relação *ele-você*, com o *você* sendo usado com o valor de *ele*. Nesse caso os efeitos de sentido de objetividade, de distanciamento, de assimetria produzidos pelos enunciados enunciados vêm em parte atenuados, quando, no texto do anúncio, o *ele* do cliente é

eventualmente substituído por você, para não confundir este *você* com a 2ª pessoa da interação comunicativa. Citamos aqui um segmento de anúncio publicitário extraído do artigo aqui em foco (p. 40):

Quem tem SuperCheque Santander fica tranquilo. Só ele tem juros decrescentes. Quanto mais você usa menos juros você paga.

Nas duas primeiras frases, o cliente é identificado por *ele*. Na última, o *você* atenua o efeito de distanciamento produzido pela terceira pessoa, mas seu uso não inscreve no anúncio uma relação comunicativa do tipo eu/você. O *você* aqui é empregado com o valor de *ele*.

Valendo-nos dessas análises feitas por Barros (2002), podemos definir alguns critérios para identificar os procedimentos enunciativos responsáveis para produzir efeitos de oralidade conceptual também nos livros didáticos. Como princípio geral podemos dizer que são as enunciações enunciativas, ou seja, os textos resultantes de *debreagens* enunciativas que contêm mais marcas de oralidade. Por esse mesmo raciocínio, estariam ausentes essas marcas ou ao menos seriam menos frequentes em textos enuncivos.

Dentro das projeções da enunciação, a oralidade se manifesta em diferentes graus. Ela se revela particularmente em procedimentos enunciativos que produzem efeitos de proximidade e simetria na comunicação. Na medida em que esses efeitos diminuem, o texto será menos marcado pela oralidade. Nesse sentido, a seqüência das análises dos anúncios de banco apresentada por Barros aponta os procedimentos enunciativos, do ponto de vista do uso das pessoas do discurso, numa gradação decrescente de produção de efeitos de oralidade.

b) *Efeitos de oralidade no texto escrito*

De certa forma podemos dizer que no referido texto, Barros dá continuidade ao estudo de anúncios publicitários de bancos, focalizando especificamente os procedimentos enunciativos enquanto responsáveis pela produção de efeitos de oralidade.

Num primeiro momento (p.66), a autora retoma a organização das pessoas do discurso na construção dos anúncios publicitários e põe em evidência aquelas relações de pessoa que particularmente se destacam pelos efeitos de oralidade.

Na seqüência focaliza os recursos temporais e espaciais. Mostra que anúncios em 1ª pessoa eu/você costumam vir acompanhados de marcações enunciativas de tempo e espaço, isto é, do **aqui** e do **agora**. Isso acontece, mesmo quando o eu é substituído por *ele* ou o *nós*, mas com o valor de 1ª pessoa.

Um outro aspecto que aponta para a oralidade conceptual são as comunicações internas dos anúncios. Trata-se de procedimentos de delegação de voz do narrador a interlocutores, como acontece no discurso direto, conforme vimos acima. Esses interlocutores falam dentro dos anúncios, dirigindo-se a um interlocutário e não ao destinatário do texto publicitário. A sua inserção no anúncio produz dentro dele um efeito de oralidade.

Num outro tópico, a autora analisa componentes não verbais na constituição, particularmente gestos enunciativos. São gestos que apontam para o destinatário do anúncio, constituindo claramente uma relação entre um eu e um você. Eles produzem efeito de oralidade porque “nesses casos a gestualidade constrói no texto escrito sincrético, em que há imagem e escrita, um simulacro de comunicação face-a-face em um mesmo contexto situacional, tal como ocorre na fala ‘ideal’” (p. 75).

Por fim, a autora ainda trata das escolhas sintáticas e lexicais projetadas nos enunciados (anúncios), como fatores de oralidade conceptual nos textos escritos. Aponta nesse sentido para “palavras e expressões populares e/ou gíria, frases feitas, diminutivos e aumentativos”; “estruturas (sobretudo regência) em que se alternam variantes ditas mais cultas com variantes mais populares, já bem aceitas na fala, mas não ainda na escrita”; “rimas e versos populares”; “marcadores conversacionais” (p. 81-82).

Acrescentando as observações desse texto às do anterior, embora todas resultem da análise de anúncios de bancos, elas seguramente oferecem um quadro detalhado de elementos a serem observados nos livros didáticos para neles identificarmos os procedimentos que criam efeitos de oralidade.

Fizemos a síntese desses dois trabalhos de Barros, porque neles a autora apura os conceitos e as categorias que acima estudamos. São esses estudos, portanto, um caminho a seguir para a análise dos livros didáticos, pois tanto os textos publicitários quanto os textos didáticos se utilizam da linguagem escrita e de seus conceitos, tanto quanto o discurso didático porque ambos têm a finalidade de atingir, influenciar e interagir com um destinatário. Assim, pensamos que os mesmos critérios adotados por Barros para analisar os seus textos, podem também servir para a análise dos livros didáticos que serão estudados neste trabalho.

3. Análise do *corpus*

3.1. Apresentação do *corpus*

Inicialmente apresentaremos os livros didáticos que serão analisados. Conforme já dissemos, na introdução, são livros de 6ª série. Todos eles são atuais, muito usados nas escolas de ensino fundamental da rede pública, elaborados depois do surgimento dos PCNs¹ (Parâmetros Curriculares Nacionais) e submetidos às exigências do PNLD² (Programa Nacional do Livro Didático).

Os livros que analisaremos são os seguintes:

¹ Os PCNs foram elaborados entre os anos de 1995 a 1998 com o objetivo de estabelecerem um referencial, seguindo as exigências do MEC, para o ensino fundamental, educação infantil, educação de jovens e adultos (EJA) e a educação indígena, tendo como meta a educação interdisciplinar para o exercício pleno da cidadania.

² O PNLD foi criado em 1985, e é desenvolvido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e pela Secretaria da Educação Fundamental (SEF) ambos são os órgãos ligados ao MEC (Ministério da Educação). Suas principais finalidades, atualmente, são a avaliação, a aquisição e a distribuição universal e gratuita de livros didáticos aos alunos do ensino fundamental da rede pública. Essa aquisição de livros se dá de acordo com a escolha dos professores e das escolas a partir do processo de uma avaliação prévia a que esses livros são submetidos anualmente. Essa avaliação se orienta desde o início por critérios de ordem conceitual (as obras devem ser isentas de erros ou da indução deles) e política (tem de isentos de preconceitos, discriminação, estereótipos e de proselitismo político ou religioso). A partir de 1999 foi instituído um terceiro critério no qual as obras devem propiciar situações de ensino-aprendizado adequadas, coerentes e que envolvam o desenvolvimento e o emprego de diferentes procedimentos cognitivos (como a observação, a análise, a elaboração de hipóteses e memorização).

³ Na seqüência de análise, os livros serão identificados pela sigla que corresponde a cada um (L1= Livro 1; L2= livro 2, e assim por diante, seguindo a ordem alfabética do sobrenome dos autores).

(L1)³ CEREJA, Willian Roberto e MAGALHÃES, Thereza Cochar: *Português: Linguagens*. São Paulo: Atual, 2006.

(L2) GARCIA, Ana Luiz Marcondes e AMOROSO, Maria Betânia. *Olhe a língua!:* *Língua Portuguesa*. São Paulo: FTD, 2002.

(L3) SARGENTIN, Hermínio. *Coleção língua portuguesa palavras* . São Paulo: IBEP, 2002.

(L4) SILVA, Antônio de Siqueira, BERTOLIN, Rafael e OLIVEIRA, Tânia Amaral. *Tecendo textos: ensino de Língua Portuguesa através de projetos*. São Paulo: IBEP, 2001.

(L5) SOARES, Magda. *Português: uma proposta para o letramento*. São Paulo: Moderna, 2002.

Dos livros relacionados somente será analisado um capítulo de cada. Para haver uma uniformidade nos dados, analisaremos o capítulo II de cada livro. Escolhemos este capítulo, por ele não ser introdutório, como costuma ser o primeiro capítulo, e por também não ser conclusivo, como o último. Pensamos que fazer a análise de um capítulo só de cada livro nos parece suficiente para configurar o livro como um todo, do ponto de vista da caracterização da interação entre o autor e o aluno, já que os capítulos apresentam basicamente a mesma estrutura.

Descreveremos a seguir, brevemente, a estrutura geral de cada um dos cinco livros a serem analisados para, dessa forma, contextualizar o nosso *corpus* e configurar as suas características

O livro (L1), *Português – linguagens*, é estruturado em quatro unidades e cada uma tem um tema: unidade 1 - Heróis; unidade 2 – Viagem pela palavra; unidade 3 – Eu e os outros; e unidade 4 – Medo, terror e aventura. Cada unidade é subdividida em três capítulos. Entre uma unidade e outra há um item extra chamado “intervalo”, que consiste em atividades englobantes na medida em que leva os alunos a realizarem atividades relativas ao grande tema da unidade anterior. O “intervalo” da 1ª unidade, por exemplo, centra-se num projeto, que sugere aos alunos a montagem de um livro e de

uma revista com o tema: “Heróis de todos os tempos”. Os subtópicos desse projeto são quatro: “Minhas histórias, meus heróis”; “Heróis nos quadrinhos”; “Heróis do passado e do presente”; e “ Heróis da mitologia”. O “intervalo” da unidade 2 centra-se no projeto que propõe atividades relacionadas à poesia. O nome do projeto é “Viva a poesia”. Os subtópicos são dois: “Meus poemas” e “Varal de poesia”. O “intervalo” da unidade 3 centra-se no projeto “Solidariedade e respeito”. A proposta é montar uma feira, envolvendo atividades tais como: campanha solidária, produção de cartazes, palestras e debates. Os subtópicos são cinco: “Eu também sou solidário”; “Gente que faz”; “Fazendo acontecer: medidas antibullying”; “Colhendo mais informações” e “Falando com especialistas”. E, por último, o “intervalo” da 4ª unidade, cujo nome é “Aventura em cena”, projeto que propõe a montagem de um mural e de uma exposição sobre cinema. Os subtópicos são três: “Montando o jornal mural”; “Fazendo animação” e “Montando a exposição sobre cinema”.

O livro (L2), *Olhe a Língua! Língua Portuguesa*, é estruturado em dez capítulos não sendo estes organizados em unidades.

O livro (L3), *Coleção Língua Portuguesa palavras*, não é estruturado em capítulos e sim em unidades. Não há identificação explícita de um tema para cada unidade, como ocorre com L1. Dessa maneira, a palavra “unidade” nos remete à idéia de capítulo. Existem 13 unidades neste livro.

O livro (L4), *Tecendo textos – Ensino de Língua Portuguesa através de projetos*, é também estruturado em quatro unidades, sendo cada uma centrada num tema que, neste livro, é identificado por “projeto”: unidade 1 – Projeto “Ligado na era da comunicação”; unidade 2 – Projeto “Revelação”; unidade 3 - Projeto “Aprendiz”; unidade 4 - Projeto – “Em defesa da vida”. E cada unidade é subdividida em capítulos, sendo que a unidade 1 é subdividida em 1 capítulo; as unidades 2 e 3 são subdivididas em 3 capítulos e a unidade 4, subdividida em 2 capítulos.

O livro (L5), *Português – uma proposta para o letramento*, é igualmente estruturado em quatro unidades, possuindo cada uma delas um tema principal. O tema da unidade 1 é “Adolescente, eu?”; o da unidade 2 é: “O que é... Pode não ser”; o da unidade 3 é “Coisas de antigamente” e, por último, o tema da unidade 4 é “Publicidade: modos de olhar”.

Em resumo, dos cinco livros utilizados em nossa pesquisa observamos o seguinte: dois deles (L3 e L5) estão estruturados numa seqüência de unidades, sem estarem subdivididos em capítulos; os outros, (L1) e (L4), estão estruturados numa seqüência de unidades e subdivididos em capítulos e apenas um deles, (L2) é organizado apenas em capítulos.

3.2. Procedimentos de análise

Quanto à análise dos livros, serão considerados quatro aspectos:

- as perguntas dirigidas pelo destinador-autor ao destinatário-aluno, focalizando, especificamente, as pessoas do discurso;
- as ordens dirigidas pelo destinador-autor ao destinatário-aluno, focalizando, também as pessoas do discurso;
- as marcas enunciativas explícitas de tempo e de espaço nas perguntas e ordens;
- os textos destinados à leitura e à compreensão do ponto de vista de sua caracterização enunciativa ou enunciva.

1) No que concerne às **perguntas**, faremos a análise em duas etapas, focalizando em primeiro lugar o tratamento dado ao *destinatário* e, depois a forma como se apresenta o *destinador*.

Em relação ao, *destinatário*⁴ observaremos:

a) se o destinatário é explicitamente nomeado no enunciado como indivíduo (o aluno em particular);

Exemplos:

⁴ Os exemplos a seguir apresentados foram todos extraídos dos livros já citados e serão indicados por L1, L2 e assim por diante, de acordo com o que foi exposto na primeira página deste capítulo.

- “**Você** concorda que o destino a ser dado a tênis falsificados é a destruição?” (L5, p. 117);

- “Que trecho do diário de Zlata chamou mais a **sua** atenção?” (L4, p. 54)

b) se o destinatário é explicitamente nomeado no enunciado como grupo (a classe);

Exemplos:

- “Como **vocês** fariam um cartaz publicitário para anunciar um produto alimentício derivado de minhoca – farinha, sopa em lata ou em pacote, bolo, biscoito, pastel, ou qualquer outro que inventem? O objetivo do cartaz deve ser de convencer as pessoas a usarem o produto.” (L5, p.89);

- “Depois de tanto trabalho, que tal **tentarem** conseguir transmitir esse programa (em nome da paz) não só para sua classe, mas também para toda a comunidade escolar ou local?” (L4, p.64);

c) se o destinatário está implícito no “nós inclusivo”;

Exemplos:

- “**Podemos** prestar ao sujeito dois tipos de informações. Quais?” (L3, p. 41);

- “Que idéia sobre a morte Mário Quintana **nos** transmite?” (L4, p.46);

d) se o destinatário está implícito somente no ato de perguntar, sem nenhuma outra identificação formal;

Exemplos:

- “Qual é a situação do castelo, da guarda e de seus habitantes?” (L1, p. 40);

- “O que o autor do texto aprendeu, observando o comportamento dos índios Nambiquara, em relação à escrita?” (L2, p.26);

Em relação ao *destinador*, observaremos:

e) se o destinador vem explicitamente nomeado por alguma forma enunciativa específica;

Não encontramos esse tipo de ocorrência em nenhum dos capítulos de nosso *corpus*. Um exemplo, para situar o leitor, seria este:

- “Neste capítulo, vamos refletir sobre a vida de crianças trabalhadoras. Certamente todos vocês são trabalhadores, pois devem arrumar suas casas, seus brinquedos, seus jogos, organizar seu material escolar e estudar muito. **Estou certa?**” (Exemplo registrado no livro SILVA, A.de S.; BERTOLIN, R. e OLIVEIRA, T. A. . *Tecendo textos: ensino de Língua Portuguesa através de projetos (5ª série)*. São Paulo: IBEP, 2001, p. 166)

f) se o destinador se identifica por um *nós inclusivo*, havendo, neste caso, como o próprio exemplo mostra, uma coincidência entre as ocorrências do item (c)

Exemplos:

- “**Vamos** entender melhor o que é uma metáfora?” (L4, p. 49);

- “**Podemos** dizer que a frase 2: ‘essa tristeza era um caranguejo com fortes pinças’ é composta por uma metáfora?” (L4, p. 50).

g) se o destinador somente se revela no ato de perguntar, sem nenhuma outra forma específica de explicitação, ocorrendo, neste caso, também uma coincidência entre os dados do item (e);

Exemplos:

- “Quais são as qualidades físicas e morais de Brancaflor?” (L1, p. 40);

- “O que é uma narração?” (L3, p. 41).

h) se o próprio aluno faz o papel de destinador e destinatário.

Não houve nenhuma ocorrência deste tipo em nenhum dos capítulos de nosso *corpus*. Porém, para situar o leitor em relação a este item, mostraremos os seguintes exemplos, extraídos de L4, unidade 1, capítulo 1, p. 33 (este capítulo não faz parte de nosso corpus).

- “**Estou** sabendo usar o ponto que separa as frases em um parágrafo?”
- “O que **preciso** saber mais sobre esse assunto?”

2. No que respeita às **ordens** dadas pelo destinador-autor ao destinatário-aluno, observaremos:

a) se o destinador se dirige ao destinatário individual (o aluno em particular) em alguma forma do imperativo;

Exemplos:

- “**Copie** separadamente o sintagma-nominal sujeito e o sintagma verbal-predicado das orações abaixo, indicando também as palavras principais de cada um deles.” (L2, p. 44);

- “**Leia** esta tira do Chico Bento, personagem do quadrinista Maurício de Souza.” (L5, p.95).

b) se o destinador se dirige ao destinatário grupo (a classe) em alguma forma de imperativo;

Exemplos:

- “**Escrevam** em conjunto um pequeno texto, esclarecendo os possíveis consumidores sobre as virtudes da minhoca como alimento.” (L5, p. 90);

- “**Montem** um programa radiofônico para ser exibido na escola ou até mesmo em uma rádio local, tendo como tema o nome do projeto: Em nome da paz.” (L4, p.63).

c) se o destinador se dirige ao destinatário na 1ª pessoa do plural na forma verbal imperativa, isto é, na forma de um *nós inclusivo*;

Exemplos:

- “**Vamos** entender o texto.” (L3, p.33);

- “**Vejamos** mais de perto os dois sintagmas principais que formam a oração.” (L2, p.43)

d) e, por fim, uma última forma, em que o destinador-autor (o narrador), em 3ª pessoa, se dirige ao destinatário-professor, também em 3ª pessoa (com valor de 2ª pessoa) para que este assuma o papel de destinador direto em relação ao destinatário-aluno.

Exemplos:

- “O **professor** vai organizar a turma em grupos.” (L5, p.99);

- “O **professor** vai ler em voz alta o primeiro parágrafo do texto: provérbios modernizados” (L5, p.101).

3. No que se refere às marcas enunciativas de tempo e de espaço, observaremos se as manifestações do enunciador/destinador e do enunciatário/destinatário vêm acompanhadas de marcas enunciativas explícitas de tempo (agora) e espaço (este/aqui).

Exemplos:

a) como marcas de tempo:

- “**Agora** conclua e escreva como é feito o plural dos substantivos compostos por um verbo mais um substantivo.” (L2, p. 36);

- “**Agora** conjugue oralmente a forma composta em todas as pessoas do discurso (singular e plural).” (L4, p.58).

b) como marcas de espaço:

Exemplos:

- “Você conheceu **nesta** unidade o que é uma narração. Encontramos narração não somente na linguagem escrita, mas também em outras formas de linguagem. Por exemplo: quando você assiste a uma novela ou filme, observa que existem personagens e uma sequência de fatos.” (L3, p. 45);

- “É impossível saber qual é o sentido das expressões abaixo, quando elas são lidas, **aqui, nesta** página: mão única, objeto frágil, cão bravo, animais na pista.” (L5, p.96).

4. No que se refere aos textos propostos para a leitura e interpretação, observaremos se eles são predominantemente enunciativos (enunciações enunciadas) ou enuncivos (enunciados enunciados). Verificaremos especialmente se o narrador se manifesta em 1ª pessoa e se o narratário é identificado por alguma pessoa do discurso que estabeleça uma simetria comunicativa entre narrador e o narratário.

Como exemplo de texto narrado em primeira pessoa, apresentamos um trecho encontrado em L4, p.55. Esse texto foi extraído de uma matéria publicada na revista *Veja Kid+*, em 10/06/99. Na matéria, a garota sérvia Ana Bogunovic conta, a pedido da revista, sua história de guerra:

*“ ... As pessoas só falam na guerra, todos os dias ouvimos as notícias, pensando no que vai acontecer amanhã. E não há mais programas na televisão, porque eles bombardearam a estação de TV. Sinto falta de ver os desenhos. Estou também preocupada com a comida. Não há mais açúcar nos supermercados nem farinha nem muitas outras coisas. É muito difícil quando crianças tem de se preocupar com isso... Ontem à noite, os aviões voavam sobre a **minha** cabeça e jogavam bombas por todos os lados. Nós corremos para o porão e passamos a noite inteira lá. **Eu senti** muito medo. E frio. **Não consegui** dormir. **E eu não sou** um cogumelo para crescer no porão. Não **queria** que isso acontecesse com ninguém. Se **eu sobreviver**, nunca **vou** esquecer a guerra. **Minha** mensagem para os garotos brasileiros é: aproveitem agora que a gente*

nunca vai ser criança de novo. Espero que os políticos resolvam esse problema, que as mortes acabem e que as crianças possam brincar sem preocupações.”

Também na debreagem interna, na delegação da voz do narrador ao interlocutor (nos casos de discurso direto), verificaremos se é construído um enunciado em 1ª ou em 3ª pessoa.

Pensamos que, seguindo esse roteiro de observação, teremos condições de verificar não só qual é o grau de oralidade que marca o texto didático como um todo, mas também chegaremos a identificar quais os recursos mais comuns usados para criar esse efeito de oralidade.

O nosso objetivo é submeter, minuciosamente, um capítulo de cada um dos livros a esse roteiro. Faremos, inclusive, anotações estatísticas das ocorrências, para comprovar essa oralidade. No entanto, não visamos à exatidão na observação delas. Nosso objetivo é fazer a indicação dos procedimentos utilizados com maior ou menor frequência na atribuição de oralidade aos textos escritos que, na nossa pesquisa, são os livros didáticos.

Além disso, aplicando essa observação a um capítulo de cada um dos livros acima apresentados, teremos condições também de verificar se os livros didáticos de língua portuguesa de 6ª série são marcados por um grau mais ou menos igual de oralidade e se usam as mesmas estratégias ou se existem diferenças marcantes entre eles.

3.3. Resultados da análise

Apresentamos a seguir em quadros estatísticos e exemplificativos os resultados da análise de cada um dos livros.

L1- CEREJA, Willian Roberto e MAGALHÃES, Thomaz Cochar.

Português: Linguagens, 6ª série.

Unidade 2, capítulo 2, p. 88 a 97.

1. Nas perguntas,

- o destinatário:

	Número de ocorrências	Exemplos
a) vem explicitamente nomeado como indivíduo (aluno em particular)	04 (14.29%)	“ Você já gostou de um livro pra valer?” (p.88) “Considerando-se que todo anúncio visa promover um produto, uma marca ou o nome de uma empresa, o anúncio lido cumpre bem esse papel, na sua opinião?” (p.89)
b) vem explicitamente nomeado como grupo (a classe)	00 (0%)	
c) vem implícito no nós inclusivo	01 (3.57%)	“Que tipo de veículo é capaz de nos levar a lugares como Avalon, Oz e Terra do nunca?” (p.89)
d) vem implícito no simples ato de perguntar	23 (82.14%)	“O texto é um anúncio publicitário de uma empresa. Qual é a empresa? Que tipo de serviço ela presta?” (p.88) “Que tipo de veículo é necessário para viajar a lugar como Maceió, Recife, Manaus, Fortaleza, Rio de Janeiro e São Paulo?” (p.89)

- o destinador:

	Número de ocorrências	Exemplos
e) vem explicitamente nomeado por alguma forma enunciativa específica	00 (0%)	
f) vem implícito no nós inclusivo	01	Ver item 1c

	(3.57%)	
g) vem implícito somente no ato de perguntar	27 (96.43%)	<p>“Qual é o sujeito dessa oração: ‘do ovo nascem peixes, aranhas, serpentes, pássaros, formigas, rãs e muitas outras coisas?’” (p.91)</p> <p>“Quantas orações há nessa frase: virou, mexeu, foi, veio, entrou em buraco, saiu do buraco, escondeu-se aqui, escondeu-se ali?” (p.94)</p>
h) é o próprio aluno, que também representa o destinatário.	00 (0%)	

2. Nas ordens (orientações),

- o destinatário é abordado:

	Número de ocorrências	Exemplos
a) como indivíduo (aluno em particular) em que alguma forma do imperativo	71 (98.62%)	<p>“Crie poemas, quantos quiser, sobre assuntos de sua preferência” (p.90)</p> <p>“Identifique nas frases a seguir as palavras que devem receber trema e reescreva-as, usando a grafia adequada.” (p.97)</p>
b) como grupo (a classe) em alguma forma do imperativo	01 (1.38%)	“Escolha para declamar um dos poemas que você produziu. Se quiser, reúna-se com um ou dois colegas e ensaiem juntos a declamação.” (p.91)
c) como nós inclusivo em alguma forma de imperativo	00 (0%)	
d) como sendo o professor	00 (0%)	

3. As marcações enunciativas de espaço e de tempo nas manifestações do enunciador/destinador ao enunciatário/destinatário:

a) marcas de espaço:

	Número de ocorrências	Exemplos
	00	

b) marcas de tempo:

	Número de ocorrências	Exemplos
	00	

3. No que se refere à enunciatividade ou à enuncividade, os textos são:

	Número de ocorrências	Exemplos
a) predominantemente enunciativos (o narrador em 1ª pessoa e narratário em relação simétrica)	01 (33.33%)	Anúncio publicitário da Varig : “Só uma coisa leva você mais longe que a varig: ler” (p.88)
b) predominantemente enuncivos (o narrador em 3ª pessoa)	02 (66.66%)	O texto “as galinhas e os tornados”. (p.97) , retirado da revista <i>Superinteressante</i> , edição 199-A. Bernard Vonnegut, um pesquisador de fenômenos meteorológicos, revela numa pesquisa que as galinhas, nos países atingidos por tornados, costumam ser deparadas pela força dos ventos, mas houve uma

	<p>surpresa em sua pesquisa como mostra o trecho abaixo:</p> <p>“Não é por causa dos tornados que elas ficam ‘nuas’. As aves perdem as penas porque quase morrem de susto diante da aproximação do tornado. O medo faz com que o organismo acione um mecanismo de defesa que derruba as penas.”</p>
--	---

No capítulo do livro (L1), observa-se que, num total de 28 (100%) perguntas feitas pelo enunciador/destinador ao enunciatário/destinatário, 04 (14.29%) ocorrências nomeiam explicitamente o destinatário/aluno por *você*. Em 01(3.57%) pergunta, o aluno vem identificado pelo *nós* inclusivo. E, por último, em 23 (82.14%) perguntas, o destinatário não é explicitamente identificado por um pronome, mas está implícito no simples ato de perguntar.

No que se refere ao destinador, há uma única ocorrência (3.57%) em que ele vem identificado pelo *nós* inclusivo. Em todas as demais perguntas, num total de 27 (96.43%), o destinador aparece implícito no simples ato de perguntar.

Com relação às ordens dadas pelo destinador aos alunos ou aos professores, observa-se que, no total das 72 (100%) ordens, 71(98.62%) dirigem-se explicitamente ao aluno em particular por meio do uso da 3ª pessoa do singular do imperativo, em frases sempre afirmativas. E em 01 (11.38%) ocorrência, o destinatário é abordado como grupo por meio do uso da 3ª pessoa do plural do imperativo afirmativo.

No que diz respeito às marcações enunciativas de espaço e de tempo nas manifestações do enunciador/destinador ao enunciatário/destinatário, observa-se que, no referido capítulo pesquisado, não houve ocorrências.

E, finalmente, com relação à enunciatividade ou à enuncividade dos textos, encontramos, no total de 03 textos analisados, 01(33.33%) predominantemente enunciativo, pois o narrador se apresenta em 1ª pessoa do singular, e 02 (66.66%) predominantemente enuncivos, porque neles predomina o narrador em 3ª pessoa.

L2 - GARCIA, Ana Luíza Marcondes e AMOROSO, Maria Betânia.

Olhe a língua!: Língua Portuguesa.

Capítulo 2, p. 24 a 33.

1. Nas perguntas

- o destinatário:

	Número de ocorrências	Exemplos
a) vem explicitamente nomeado como indivíduo (aluno em particular)	07 (38.88%)	“O que você pensa de um pesquisador que se propõe a viver, por um período de tempo, entre os índios?” (p.26) “ Você já parou, alguma vez, para pensar em tudo o que uma pessoa tem que saber para conseguir falar?” (p.30)
b) vem explicitamente nomeado como grupo (a classe)	00 (0%)	
c) vem implícito no nós inclusivo	00 (0%)	
d) vem implícito no simples ato de perguntar	11 (61.12%)	“O que significa render-se às evidências?” (p.26) “O que significa conceber?” (p.26)

- o destinador:

	Número de ocorrências	Exemplos
e) vem explicitamente nomeado por alguma forma enunciativa específica	00 (0%)	

f) vem implícito no nós inclusivo	00 (0%)	
g) vem implícito somente no ato de perguntar	18 (100%)	<p>“Qual é a função da escrita que o chefe da tribo consegue perceber e os demais índios não?” (p.26)</p> <p>“O que o autor do texto, aprendeu observando o comportamento dos índios Nambiquara, em relação à escrita ?” (p.26)</p>
h) é o próprio aluno, que também representa o destinatário	00 (0%)	

2. Nas ordens (orientações),

- o destinatário é abordado:

	Número de ocorrências	Exemplos
a) como indivíduo (aluno em particular) em alguma forma de imperativo	30 (90.90%)	<p>“Invente com seus colegas uma linguagem de código.” (p.27)</p> <p>“Explique a diferença de significado que existe entre os pares das orações.” (p.33)</p>
b) como grupo (a classe) em alguma forma de imperativo	00 (0%)	
c) como nós inclusivo em alguma forma de imperativo	03 (9.1%)	<p>“Para montar orações, por exemplo, nosso cérebro trabalha como um computador, seguindo algumas regras fixas. Vamos observar algumas delas, através da análise gramatical.” (p.30)</p> <p>“Quando se observa a língua pelo eixo horizontal, temos uma sequência, resultando da combinação das escolhas feitas</p>

		no eixo vertical. Vamos chamar essa seqüência de signtagma.” (p.32)
d) como sendo o professor	00 (0%)	

3. As marcações enunciativas de espaço e de tempo nas manifestações do enunciador/destinador ao enunciatário/destinatário:

a) marcas de espaço:

	Número de ocorrências	Exemplos
	00	

b) marcas de tempo:

	Número de ocorrências	Exemplos
	00	

4. No que se refere à enuncividade ou à enunciatividade, os textos são:

	Número de ocorrências	Exemplos
a) predominantemente enunciativos (o narrador em 1ª pessoa)	01 (50%)	O texto se chama <i>Lição de escrita</i> (p. 24 e 25) de Claude Lèvi-Straus. O escritor Claude Lèvi-Straus, pesquisador francês, veio ao Brasil para estudar os costumes e como os índios Nambiquara viam o ato de escrever. “[...] é de imaginar que os índios Nambiquara não sabem escrever; mas tampouco desenham, com

		<p>exceção de alguns pontilhados e ziguezagues nas suas cuias. Porém, [...] distribuí folhas de papel e lápis com os quais, de início, nada fizeram; depois, certo dia vi-os muito atarefados em traçar no papel linhas horizontais ondulados. Que queriam fazer, afinal? Tive de me render à evidência: escreviam, ou, mais exatamente, procuravam dar o seu lápis o mesmo uso que eu, o único que então podiam conceber, pois eu ainda tentara distraí-los com meus desenhos. Para a maioria, o esforço parava por aí; mas o chefe do bando enxergava mais longe...”</p>
<p>b) predominantemente enuncivos (o narrador em 3ª pessoa)</p>	<p>01 (50%)</p>	<p>Do autor Jules Feiffer do livro: um barril de risadas, um vale de lágrimas o texto: “O rei Dedilzifidicer” (p.29). Conta a história do príncipe Roger que faz todo mundo rir, nem mesmo o rei, seu pai, consegue olhá-lo sem cair na risada.</p> <p>“... Pai e filho falavam um com o outro pelo ‘cumequechama’, nome dado pelo rei – incapaz de encontrar a palavra certa para qualquer coisa – ao invento de seu mago da corte e que consistia em duas taças de papel unidas por um cordão com oito quilômetros de comprimento. O cordão estendia-se da sala do trono do rei para fora da janela passando por cima de morros e vales, florestas e campos, rios e altas monhatanhas até ir dar no pico culminante do rei, onde erguera-se uma torre construída só para Roger, o único lugar em que ele poderia permanecer sem provocar risadas”.</p>

No capítulo do livro (L2), observa-se que, num total de 18 perguntas feitas pelo enunciador/destinador ao enunciatário/destinatário, 07 (38.88%) nomeiam explicitamente o destinatário/aluno de forma individual, chamando-o por *você*. E, em mais 11 (61.12%) ocorrências, o destinatário não é explicitamente referido por um recurso pronominal, mas está implícito no simples ato de perguntar.

No que diz respeito ao destinador, todas as 18 (100%) perguntas o trazem implícito no simples ato de perguntar.

Quanto às ordens dadas pelos autores aos alunos ou aos professores, observa-se que, num total de 33 (100%) ordens, 30 (90.90%) dirigem-se explicitamente ao aluno em particular, por meio da 3ª pessoa do singular do imperativo, em frases sempre afirmativas. E, em 03 (9.1%) ocorrências, o destinatário/aluno é abordado pelo *nós* inclusivo na forma do imperativo afirmativo.

No que se refere às marcações enunciativas de espaço e de tempo nas manifestações do enunciador/destinador ao enunciatário/destinatário, observa-se que, no referido capítulo pesquisado, não houve ocorrências.

E, finalmente, no que se refere à enunciatividade ou à enuncividade nos textos, num total de 02 textos analisados neste capítulo, 01 (50%) é predominantemente enunciativo, pois o narrador se apresenta em 1ª pessoa e o outro é predominantemente enuncivo, já que se caracteriza pela presença do narrador em 3ª pessoa.

L3 - SARGENTIN, Hermínio Geraldo.

Palavras, 6ª série (coleção Língua Portuguesa).

Unidade 2, p. 29 a 46.

1. Nas perguntas,

- o destinatário:

	Número de ocorrências	Exemplos
a) vem explicitamente nomeado como indivíduo (aluno em particular)	08 (21.05%)	“O texto que você vai ler refere-se a uma festa de aniversário de criança. Que fato inesperado você acha que pode ter acontecido?” (p.29) “A televisão diverte o público, não informa. Você concorda com essa afirmação?” (p.46)
b) vem explicitamente nomeado como grupo (a classe)	00 (0%)	
c) vem implícito no nós inclusivo	01 (2.63%)	“ Podemos prestar ao sujeito dois tipos de informações. Quais?” (p.41)
d) vem implícito no simples ato de perguntar	29 (76.32%)	“Qual é o significado da expressão ‘engoli em seco’?” (p. 33) “O que indica o predicado verbal?” (p.41)

- o **destinador:**

	Número de ocorrências	Exemplos
e) vem explicitamente nomeado por alguma forma enunciativa específica	00	
f) vem implícito o nós inclusivo	01 (2.64%)	Ver item 1C
g) vem implícito no ato de perguntar	37 (97.36%)	“O que é uma narração?” (p.41) “Dos meios de comunicação de massa, o que exerce influência mais direta nas pessoas é a televisão. Por quê?” (p. 46)
h) é o próprio aluno, que também	00	

representa o destinatário		
---------------------------	--	--

2. Nas ordens (orientações), o **destinatário** é abordado:

	Número de ocorrências	Exemplos
a) como indivíduo (aluno em particular) em alguma forma do imperativo	63 (82.67%)	“ Classifique o predicado.” (p.42) “ Observe com atenção a grafia das palavras.” (p.46)
b) como grupo (a classe) em alguma forma do imperativo	02 (2.66%)	“Agora, pensem que, em vez de serem seus colegas interessados em ouví-los fossem milhares de pessoas”. (p.45) “ Façam uma pesquisa em enciclopédias, revistas livros ou internet sobre: a história da TV e sua implantação no Brasil.” (p.46)
c) como nós inclusivo em alguma forma de imperativo	11 (14.67%)	“ Vamos entender o texto.” (p.33) “ Vamos conhecer o predicado, isto é, as diferentes informações sobre o sujeito.” (p.36)
d) como sendo o professor.	00 (0%)	

3. As marcações enunciativas de espaço e de tempo nas manifestações do enunciadador/destinador ao enunciatário/destinatário:

a) marcas de espaço:

	Número de ocorrências	Exemplos
	01	“Você conheceu nesta unidade o que é uma narração”. (p.45)

b) marcas de tempo:

	Número de ocorrências	Exemplos
	03	<p>“Agora, pensem que em vez de seus colegas interessados em ouvi-los fossem milhares de pessoas” . (p.45)</p> <p>“Hoje vamos conversar sobre televisão”. (p.46)</p>

4. No que se refere à enunciatividade ou à enuncividade, os textos são:

	Número de ocorrências	Exemplos
a) predominantemente enunciativos (o narrador em 1ª pessoa)	03 (100%)	<p>Festa de aniversário (p.30 a 31) é uma crônica de Fernando Sabino.</p> <p>Conta a história de uma menina que durante sua festa de aniversário engole uma tampa de coca-cola e seu pai decide, então, levá-la ao hospital. Chegando lá o pai descobre que a garota não tem nada na garanta e a menina, então, confessa que “desengoliu” a tampa de coca-cola antes de chegar ao hospital.</p> <p>“Leonora chegou-se para mim, a carinha mais limpa deste mundo:</p> <p>- Engoli uma tampa de coca-cola.</p> <p>Levantei as mãos para o céu: mais esta, agora! Era uma festa de aniversário, o aniversário dela própria, que completava seis anos de idade. Convoquei imediatamente a família...”</p>
b) predominantemente enuncivos (o narrador em 3ª pessoa)	00 (0%)	

No capítulo do livro *Palavras*, 6ª série (coleção Língua Portuguesa), de Hermínio Geraldo Sargenti, observa-se que, num total de 38 (100%) perguntas feita pelo enunciador/destinador ao enunciatário/destinatário, 08 (21.05%) nomeiam explicitamente o destinatário/ aluno de forma individual, chamando-o por *você*. Em apenas 01 pergunta (2.63%), o destinatário vem identificado pelo *nós* inclusivo. E, por fim, em 29 (76.32%) ocorrências, o enunciatário não vem explicitado por um recurso pronominal, mas está implícito no simples ato de perguntar.

No que se refere ao destinador, houve somente 01 (2.64%) ocorrência em que ele vem identificado pelo *nós* inclusivo. Em todas as demais perguntas, num total de 37 (97.36%), o destinador vem implícito no simples ato de perguntar.

Em relação às ordens dadas pelo autor aos alunos ou professores, observa-se que, num total de 75 (100%) ocorrências, 62 (82.67%) dirigem-se explicitamente ao aluno em particular, por meio do uso da 3ª pessoa do modo imperativo e sempre em frases afirmativas. Em 02 (2.66%) ordens, o destinatário é abordado como grupo em alguma forma do imperativo afirmativo. E, finalmente, em 11 (14.67%) ordens, o destinador aborda o destinatário ao forma do *nós* inclusivo, também em alguma forma do imperativo afirmativo.

No que se refere à marcação enunciativa de espaço e de tempo nas manifestações do enunciador/destinador ao enunciatário/destinatário, observa-se que, houve somente 01 manifestação enunciativa explícita de espaço e 03 ocorrências de marcações explícitas de tempo. As marcações de espaço ocorreram por meio do pronome demonstrativo *nesta*. E as marcações de tempo apareceram nas formas adverbiais de tempo *agora* e *hoje*.

E, finalmente, no que diz respeito à enunciatividade ou à enuncividade nos textos, todos os 03 (100%) textos analisados neste capítulo são predominantemente enunciativos, porque o narrador se apresenta em 1ª pessoa do singular.

L4- SILVA, Antônio de Siqueira e; BERTOLIN, Rafael e OLIVEIRA, Tânia Amaral.

Tecendo textos: ensino de Língua Portuguesa através de projetos (coleção novo tempo).

Unidade 2, capítulo 2, p.41 a 66.

1. Nas perguntas,

- o destinatário:

	Número das ocorrências	Exemplos
a) vem explicitamente nomeado como indivíduo (aluno em particular)	41 (51.25%)	“O que você sabe sobre Pablo Picasso?” (p.42) “Que trecho do diário de Zlata chamou mais a sua atenção?” (p.54)
b) vem explicitamente nomeado como grupo (a classe)	01 (1.25%)	“Depois de tanto trabalho, que tal tentarem conseguir transmitir esse programa não só para sua classe, mas também para toda comunidade escolar ou local?” (p.64)
c) vem implícito o nós inclusivo em alguma forma de imperativo	08 (10%)	“ Vamos entender melhor o que é uma metáfora?” (p.49) “ Podemos dizer que a frase: ‘essa tristeza era um caranguejo com fortes pinças’ é composta por uma

		metáfora?.” (p.50)
d) vem implícito no simples ato de perguntar	30 (37.5%)	“O que representa o pretérito imperfeito?” (p.58) “O que representa o pretérito mais-que-perfeito?” (p.58)

- o destinador:

	Número de ocorrências	Exemplos
e) vem explicitamente nomeado por alguma forma enunciativa específica	00	
f) vem implícito no nós inclusivo	08 (10%)	“Que idéia sobre morte Mário Quintana nos transmite?” (p.46) “ Vamos praticar?” (p.59)
g) vem implícito somente no ato de perguntar	72 (90%)	“Por que existem as guerras?” (p.52) “O que significa a palavra guerra”? (p.52)
h) é o próprio aluno, que também representa o destinatário	00	

2. Nas ordens (orientações),

- o **destinatário** é abordado:

	Número de ocorrências	Exemplos
a) como indivíduo (aluno em particular) em alguma forma de imperativo	116 (76.31%)	“ Pense e responda com suas próprias palavras.” (p.50) “A seguir leia os relatos de jovens que vivenciaram a guerra de 1999 na Iugoslávia.” (p.54)
b) como grupo (a classe) em alguma forma do imperativo. b) como grupo (a classe) em alguma forma do imperativo.	00 (0%)	“ Identifiquem o tempo dos verbos que vocês empregaram na redação da história.” (p.60) “Em pequenos grupos, reúnam os materiais solicitados ao final do capítulo anterior (revistas, jornais, cola, tesoura) e criem um painel feito de recortes e colagens.” (p.61)
c) como nós inclusivo em algumas formas de imperativo.	00 (0%)	
d) como sendo o professor.	00 (0%)	

3. As marcações enunciativas de espaço e de tempo nas manifestações do enunciador/destinador ao enunciatário/destinatário:

a) marcas de espaço:

	Número de ocorrências	Exemplos
	02	“ Neste capítulo, você analisará os diferentes usos do pretérito, conhecerá que são metáforas e expressões adverbiais a fim de realizar esses recursos nas suas próprias produções e entender melhor um texto.” (p.41) “Leia o título do primeiro texto deste capítulo e responda.” (p.42)

b) marcas de tempo:

	Número de ocorrências	Exemplos
	11	“ Agora responda .” (p.46) “Os textos lidos até agora falavam dea morte como um acontecimento que traz dor, tristeza e que é inevitável, fazendo parte da vida.” (p.51)

4. No que se refere à enunciatividade ou à enuncividade, os textos são:

	Número de ocorrências	Exemplos
a) predominantemente enunciativos (narrador em 1ª pessoa)	05 (62.5%)	<p>Texto: <i>Policial é mau, Bandido é bom.</i> (p.61), extraído da revista veja, n.25, 22.06.99.</p> <p>Em 1990, onze jovens moradores da favela de Acari, foram seqüestrados e desapareceram. As suas mães nunca encontraram os cadáveres e pedem a punição dos policiais militares acusados como autores do crime.</p> <p>O texto apresenta o relato de Ana Paula, 15 anos, estudante da 5ª série, irmã de Amanda da Silva Jesus, 12 anos, na 2ª série e de Antônio Carlos, o “Toninho”, um dos desaparecidos.</p> <p>“Todo mundo na favela tem medo da polícia. Não é bem medo. A gente se acostuma a ver muito tiro, muitas mortes, muito corpo espalhado. Não nos abalamos mais. No início, depois que o meu irmão Toninho sumiu, fiquei nervosa, impaciente, chorava o dia todo. Eu e Amanda perdemos o ano na escola. Acho que tudo que meu irmão sofreu eles têm que sofrer. Porque são polícia, não podem pegar, matar e ficar tudo certo. Não pode falar que é polícia, sabe? Para mim, eles são é bandidos.”</p>
b) predominantemente enuncivos (o narrador em 3ª pessoa)	03 (37.5%)	<p>O texto <i>Porque a guerra?</i> (p.54), extraído da Revista Veja Kid+ ano n.6 – 10/6/99, p.34.</p> <p>O texto explica os fatos que</p>

		<p>levaram o povo Iugoslavo à guerra.</p> <p>“A Iugoslávia era um país formado por seis repúblicas e duas regiões, Kosovo e Voivodina. Por meio de outras guerras e rebeliões nos anos 90, quatro das repúblicas conseguiram se separar da Iugoslávia...”</p>
--	--	---

No capítulo do livro (L4), observa-se que, num total de 80 perguntas feitas pelo enunciador/destinador ao enunciatário/destinatário, 41 (51.25%) nomeiam explicitamente o destinatário/aluno de forma individual, chamando-o por *você*. Em mais 01 (1.25%) ocorrência, o destinatário vem nomeado como grupo, ou seja, por *vocês*. Em 08 (10%) o aluno é identificado pelo *nós* inclusivo. E, por último, em 30 (37.5%) ocorrências, o destinatário não vem explicitamente nomeado por um recurso pronominal, porém está implícito no ato de perguntar.

No que se refere ao destinador, em 08 (10%) perguntas, ele vem identificado pelo *nós* inclusivo. As outras 72 (90%) o trazem implícito no ato de perguntar.

Com relação às ordens dadas pelos autores aos alunos ou professores, observa-se que, num total de 152 (100%) ocorrências, 116 (76.31%) dirigem-se explicitamente ao aluno em particular, por meio do uso da 3ª pessoa do imperativo, sempre na forma afirmativa. Em 36 (23.69%) ocorrências, o destinador se dirige ao destinatário como grupo, por meio do uso da 3ª pessoa do imperativo afirmativo.

A respeito da marcação enunciativa de espaço e de tempo nas manifestações do enunciador/destinador ao enunciatário/destinatário, observa-se que houve 02 manifestações explícitas de espaço e 11 ocorrências de marcações explícitas de tempo. As marcações de espaço ocorreram por meio dos pronomes demonstrativo *deste* e *neste*. E as marcações de espaço apareceram na forma adverbial de tempo *agora*.

E, por último, no que se refere à enunciatividade ou à enuncividade nos textos, num total de 08 (100%) textos analisados neste capítulo, 05 são predominantemente enunciativos, porque o narrador se apresenta em 1ª pessoa, e 03 são predominantemente enuncivos, pois o narrador se apresenta em 3ª pessoa.

L5- SOARES, Magda.

Português: uma proposta para o letramento (6ª série).

Unidade 2, p. 64 a 131.

1. **Nas perguntas,**

- o **destinatário:**

	Número de ocorrências	Exemplos
a) vem explicitamente nomeado como indivíduo (aluno em particular)	07 (4.34%)	“ Você concordaria com a adição de farinha de minhoca na merenda de crianças carentes?” (p.82) “Em sua opinião a destruição de tênis falsificados levaria realmente a empresa a faturar os R\$50 milhões que ela perde todo ano com a pirataria?” (p.116)
b) vem explicitamente nomeado nomeado como grupo (a classe)	07 (4.34%)	“Como vocês se sentem , quando vêm uma minhoca?” (p.77) “Como vocês fariam um cartaz publicitário para anunciar um produto alimentício derivado da minhoca- farinha, sopa em lata ou em pacote, bolo, biscoito, pastel, ou qualquer outro que inventem?” (p.89)
c) vem implícito no nós inclusivo	01	“Segundo o autor, hoje usamos galicismos sem culpa ou respeitamos os valores ?” (p.70)

	(0.63%)	pecado: por quê?” (p.70)
d) vem implícito no simples ato de perguntar	146 (90.69%)	“Obsoleta, antiquada, arcaica, desusada... Essas palavras têm exatamente o mesmo sentido?” (p.104) “Será que os provérbios estão sempre certos?” (p.106)

- o destinador:

	Número de ocorrências	Exemplos
e) vem explicitamente nomeado por alguma forma enunciativa específica	00 (0%)	
f) vem implícito no nós inclusivo	01 (0.63%)	Ver item 1C
g) vem implícito somente no ato de perguntar	160 (99.37%)	“Por que as línguas mortas não têm essa capacidade de enriquecimento?” (p.71) “O que é a minhoca para os cientistas?” (p.81)
h) o próprio aluno, que também representa o destinatário.	00 (0%)	

2. Nas ordens (orientações),

- o destinatário é abordado:

	Número de	Exemplos:
--	-----------	-----------

	ocorrências	
a) como indivíduo (aluno em particular) em alguma forma de imperativo	131 (54.29%)	“ Observe estas frases da carta e a maneira como seriam escritas ou faladas em linguagem coloquial.” (p.124) “ Não deixe de incluir em sua carta estes temas.” (p.125)
b) como grupo (a classe) em alguma forma do imperativo	101 (42.09%)	“ Procurem em jornais e revistas frases em que apareçam galicismos ou anglicismos.” (p.76) “Todo cartaz publicitário é centrado em uma frase de impacto que atraia ou surpreenda as pessoas; criem uma para anunciar o produto escolhido.” (p.89)
c) como nós inclusivo em alguma forma do imperativo	00 (0%)	
d) como sendo o professor	08 (3.4%)	“ O professor vai ler em voz alta.” (p.68) “ O professor vai organizar a turma em grupos.” (p.99)

3. As marcações enunciativas de espaço e de tempo nas manifestações do enunciador/destinador ao enunciatário/destinatário:

a) marcas de espaço:

	Número de ocorrências	Exemplos
	07	“Assim, como diz o título desta unidade, o que é... pode não ser.” (p.64) “É impossível saber qual é o sentido das expressões abaixo, quando elas são lidas, aqui ,

		nesta página. ” (p.96)
--	--	-------------------------------

b) marcas de tempo:

	Número de ocorrências	Exemplos
	07	<p>“Leia agora um texto em que o autor assume uma posição diferente em relação aos estrangeirismos na nossa língua.” (p. 67)</p> <p>“Atualmente a minhoca é considerada como alternativa para complementação alimentar: por quê?” (p.102)</p>

4. No que se refere à enunciatividade ou à enuncividade, os textos são:

	Número de ocorrências	Exemplos
a) predominantemente enunciativos (o narrador em 1ª pessoa)	03 (37.5%)	<p>O texto é de Aldo Rebelo, cujo nome e “O idioma está sendo deturpado” (p.65).</p> <p>O deputado federal Aldo Rebelo propôs um projeto de lei restringindo o uso de palavras estrangeiras, sobretudo inglesas, em nossa língua .</p>

		<p>“A desnacionalização lingüística pode ser vista a olho nu nas ruas de nossas cidades. A minha intenção ao propor esse projeto foi evitar a descaracterização da língua portuguesa. Nosso idioma está sendo desconfigurado por um excesso de estrangeirismos incorporados ao vocabulário de forma estranha à grafia e à pronúncia clássica do português.”</p>
<p>b) predominantemente enuncivos (o narrador em 3ª pessoa)</p>	<p>05 (62.5%)</p>	<p>O texto enuncivo, usado no exemplo, é de Sérgio Nogueira Duarte, cujo nome é: “Nada de radicalismos”. (p.68 a 69)</p> <p>Trata-se de uma dissertação em que o autor defende a idéia de que as línguas têm influências de outras e que esse fenômeno é saudável para o enriquecimento do nosso idioma</p> <p>“... A presença de termos estrangeiros no uso diário de uma língua não é crime, nem sinal de fraqueza. Ao contrário, é sinal de vitalidade. Só as línguas vivas têm essa capacidade de enriquecimento. A forte presença do inglês na Língua</p>

		Portuguesa é reflexo da globalização, do imperialismo econômico, do desenvolvimento tecnológico americano etc.”...
--	--	--

No capítulo analisado do livro (L5), encontram-se 161 (100%) perguntas feitas pelo enunciador/destinador ao enunciatório/destinatário. Entre elas, 7 ocorrências (3,8%) nomeiam explicitamente o destinatário/aluno de forma individual, chamando-o por *você*. Em mais 7 (3,8%), o destinatário vem identificado como grupo, usando o pronome *vocês*. Em apenas 1 ocorrência (0.63%), o aluno vem identificado pelo *nós* inclusivo. E, finalmente, em 146 perguntas (90.69%), o destinatário não é explicitamente referido por um recurso pronominal, mas vem implicitamente identificado no simples ato de perguntar.

No que se refere ao destinador, há uma única ocorrência (0.63%) em que ele vem identificado pelo *nós* inclusivo. Em todas as demais perguntas, num total de 160 (99.37%), o destinador aparece implicitamente no simples ato de perguntar.

No que diz respeito às ordens dadas pelo autor aos alunos ou professores, observamos que, num total de 239 (100%) ordens, 131 (54.59%) dirigem-se explicitamente ao aluno em particular, por meio do uso da 3ª pessoa do singular do imperativo, em frases quase sempre afirmativas. Em 101 ocorrências (42.09%), o destinatário é abordado como grupo por meio da 3ª pessoa do plural do imperativo afirmativo. E, por fim, em 08 ocorrências (3.4%), o destinatário é o professor, aparecendo o verbo na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo.

No que se refere às marcações de espaço e de tempo nas manifestações do enunciador/destinador ao enunciatário/destinatário, observa-se que aparecem, neste capítulo, somente 07 manifestações enunciativas explícitas de espaço e o mesmo número de ocorrências de marcas de tempo. As marcações de espaço ocorreram por meio dos pronomes demonstrativos tais como *desta*, *deste*, *nesta* e *neste* e pelo advérbio de lugar *aqui*. E as marcações de tempo apareceram nas formas adverbiais de tempo como *agora* e *atualmente*.

E, por último, no que concerne à enunciatividade ou à enuncividade nos textos, encontramos no total de 08 textos analisados neste capítulo, 03 (37.5%) são predominantemente enunciativos, pois são narrados em 1ª pessoa do singular, e 05 (62.5%) são predominantemente enuncivos, porque neles o narrador é a 3ª pessoa.

A seguir apresentaremos um gráfico com o somatório do número de ocorrências dos cinco capítulos do *corpus* analisados.

1. Nas perguntas,

- o destinatário:

	Número de ocorrências
a) vem explicitamente nomeado como indivíduo (aluno em particular)	67 (20.61%)
b) vem explicitamente nomeado como grupo (a classe)	08 (2.47%)
c) vem implícito no nós inclusivo	11 (3.39%)
d) vem implícito no simples ato de perguntar.	239 (73.5%)

- o destinador:

	Número de ocorrências
e) vem explicitamente nomeado por alguma forma enunciativa específica	00 (0%)
f) vem implícito no nós inclusivo	11(3.39%)
g) vem implícito somente no ato de perguntar	314 (96.6%)
h) é o próprio aluno, que também representa o destinatário	00 (0%)

2. Nas ordens (orientação),

- o destinatário é abordado:

	Número de ocorrências
a) como indivíduo nomeado por alguma forma enunciativa específica	411 (71.67%)
b) como grupo (a classe) em alguma forma do imperativo	140 (24.4%)
c) como nós inclusivo em alguma forma de imperativo	14 (2.44%)
d) como sendo o professor	8 (1.39%)

3. As marcações enunciativas de espaço e de tempo nas manifestações do enunciador/destinador ao enunciatário/destinatário:

a) marcas de espaço

	Número de ocorrências
	10

b) marcas de tempo:

	Número de ocorrências
	21

5. No que se refere à enunciatividade ou à enuncividade, os textos são:

	Número de ocorrências
a) predominantemente enunciativos (o narrador em 1ª pessoa e narratário em relação simétrica)	13(54.16%)
b) predominantemente enuncivos (o narrador em 3ª pessoa)	11(45.8%)

Observa-se, pelo somatório de ocorrências encontradas no *corpus*, que com relação às perguntas feitas pelo enunciador/destinador ao enunciatário/destinatário, num total de 325 (100%) perguntas, 67 (20.61%) nomeiam explicitamente o destinatário/aluno por *você*. Em mais 08 (2.47%), o destinatário vem nomeado como grupo por *vocês*. Em mais 11 (3.39%), o aluno vem identificado pelo *nós* inclusivo. E, finalmente, em 239 (73.5%) o destinatário não é explicitamente referido por um recurso pronominal, porém ele está implícito no simples ato de perguntar.

No que se refere ao destinador, 11 (3.39%) ocorrências vêm identificadas pelos nós inclusivo e as demais 314 (96.6%) ocorrências trazem o destinador implícito no ato de perguntar.

No que diz respeito às ordens dadas pelos autores aos alunos ou ao professor, nota-se que, num total de 570 (100%) manifestações, 411 (71.67%) dirigem-se explicitamente ao aluno em particular, por meio do uso da 3ª pessoa do singular do imperativo, em enunciados em sua absoluta maioria afirmativos. Em 140 (24.4%) ocorrências, o destinatário vem abordado explicitamente como grupo, por meio da 3ª pessoa do imperativo, em frases, na maior parte das vezes, afirmativas também. Em 14 (2.44%) ordens, o destinatário é abordado como *nós* inclusivo. E, por fim, em 08 (1.39%) orientações, o destinatário é o professor, aparecendo o verbo na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo.

Quanto à marcação enunciativa de espaço e de tempo nas manifestações do enunciador/destinador ao enunciatário/destinatário, observa-se que, em 10 ocorrências, houve manifestações explícitas de marcas de espaço e, em 23 ocorrências, registram-se marcas de tempo.

Finalmente, no que diz respeito à enunciatividade ou à enuncividade dos textos, num total de 24 (100%) textos analisados nos 5 capítulos, 13 (54.16%) são, predominantemente, enunciativos, pois o narrador se apresenta em 1ª pessoa. Os demais textos 11(45.8%) são enuncivos, porque há o predomínio do narrador em 3ª pessoa.

4. A interpretação da análise

Como já dissemos, o livro didático pode ser considerado um enunciado por meio do qual o autor-destinador se comunica com o aluno-destinatário. Essa comunicação pode ocorrer por meio de uma linguagem que ora tem características de interação oral, ora está de acordo com o modelo escrito. No primeiro caso, a oralidade produz um efeito de sentido geral de proximidade entre destinador e destinatário; no segundo caso, esse efeito de sentido é de distanciamento entre os interlocutores. Com o objetivo de verificar como os livros didáticos são construídos do ponto de vista dessa comunicação, analisamos um conjunto desses livros. Em cada um deles, a nossa análise restringiu-se às manifestações explícitas de interação entre destinador e destinatário. Nesse sentido, observamos, então, à luz das categorias da enunciação: a) as perguntas dirigidas pelo destinador-autor ao destinatário-aluno, focalizando, especificamente, o uso das pessoas do discurso; b) as ordens dirigidas pelo destinador-autor ao destinatário-aluno, focalizando, também o uso das pessoas do discurso; c) as marcas enunciativas explícitas de tempo e de espaço nas perguntas e ordens; d) os textos destinados à leitura e à compreensão, observando neles o predomínio da enunciatividade ou da enuncividade.

O resultado da análise desses tópicos foi organizado e apresentado num quadro estatístico para cada um dos livros. E os dados dos cinco quadros correspondentes aos cinco livros analisados foram, ao final, reunidos num único quadro geral, que apresenta o resultado da análise do conjunto dos livros didáticos que constituiu o *corpus* de nossa pesquisa. Como já dissemos em outro momento deste trabalho, essa informação estatística teve o único objetivo de revelar tendências de procedimentos enunciativos na construção do livro didático. Pequenas inexatidões nessa informação não têm, portanto, grande importância para as nossas conclusões.

Os resultados da análise até aqui feita exigem, agora, reflexões e interpretações à luz dos fundamentos teóricos que propusemos para este trabalho. Pretendemos fazer essa interpretação principalmente com base no quadro estatístico geral, já que nos interessa apontar, nos limites do enfoque específico desta pesquisa, para uma característica geral dos livros didáticos. Mas sempre que for necessário, comentaremos aspectos relativos a cada um dos livros analisados.

Faremos a interpretação em duas etapas:

1) num primeiro momento apontaremos para algumas características gerais da comunicação entre destinador-autor e destinatário-aluno no livro didático, já que a interpretação dos quatro tópicos analisados e apresentados nos quadros estatísticos relaciona-se, de alguma forma, com essa caracterização geral;

2) em segundo lugar, interpretaremos, como já foi dito, cada um dos tópicos analisados e apresentados no quadro estatístico geral que reúne os quatro anteriores. Nesta interpretação rerepresentaremos brevemente os dados estatísticos sobre cada tópico analisado, fazendo sobre eles os comentários que julgarmos relevantes.

4.1. Características gerais da comunicação por meio dos livros didáticos

Uma certa caracterização da relação entre destinador-autor e destinatário-aluno parece ser comum ao livro didático em geral. Fica evidente, de imediato, que tanto nas perguntas feitas aos alunos quanto nas ordens a eles dadas, a comunicação que se estabelece por meio dos livros didáticos é unidirecional, isto é, o autor pergunta ou ordena e o aluno responde ou cumpre a ordem. Não há nessa comunicação a possibilidade de o destinatário dirigir-se ao destinador, seja para resolver um problema de compreensão, seja para questionar o teor da pergunta, a conveniência da ordem ou para emitir alguma opinião. Quando o aluno deseja manifestar-se sobre as perguntas e as ordens do autor, dirige-se ao professor que, neste caso, assume de certa forma o papel do autor-destinador, sendo seu porta-voz e, por isso, intermediário entre ele e os alunos. Portanto, há uma interação do autor com o aluno no livro didático, mas não há diálogo entre esse dois interlocutores. Esse fato leva à pergunta: será isso efetivamente uma interação ou somente uma ação do autor sobre o aluno? É por essa razão que falamos da unidirecionalidade na interação autor-aluno no livro didático.

O destinador da comunicação no livro didático somente é lembrado quando há necessidade de referir o nome do autor do livro. Mas, nas perguntas e ordens, ele está ausente formalmente, no sentido de não ser identificado por nenhum recurso lingüístico. O aluno, no momento em que é perguntado ou recebe a ordem, não tem consciência de um enunciador específico, individual, que, naquele momento e naquele espaço de interação, lhe dirige a pergunta ou lhe dá a ordem. Há uma espécie de apagamento da

fonte enunciativa ou ela assume um caráter genérico a ponto de o aluno chegar a dizer que quem pergunta é o livro. Com base nos livros que analisamos, o modo mais explícito de autor-destinador se evidenciar é, em algumas perguntas, por meio do *nós* inclusivo, como lembra este exemplo:

- “Que tipo de veículo é capaz de nos levar a lugares como Avalon, Oz e Terra do nunca?” (L1, p. 89).

No mais, a sua presença se manifesta implicitamente nos próprios atos de perguntar e ordenar.

Conclui-se, então, que a comunicação entre autor-destinador e aluno-destinatário é marcadamente assimétrica, o que significa que não há alternância no exercício dos papéis de destinador e destinatário no livro didático e que cabe somente ao destinador definir o que perguntar e ordenar. Ao destinatário cabe seguir a orientação comunicativa imposta por seu interlocutor. Além disso, nessa comunicação, o destinador se oculta, apresentando-se como uma entidade genérica. Essas características da comunicação dos livros didáticos produzem em forte efeito de distanciamento, de impessoalidade, de imparcialidade entre os interlocutores da comunicação. Trata-se de efeitos de princípio, ou seja, efeitos inerentes à natureza da comunicação que o livro didático em geral estabelece com o seu destinatário. Na verdade, essa é a natureza que caracteriza a comunicação por meio dos textos escritos em geral.

Levando em consideração esse aspecto específico, então, o livro didático não revela traços que lembrem a oralidade, já que esta se manifesta, em grande parte ao menos, na simetria interacional, que se caracteriza pela alternância do *eu* e do *tu*, isto é, pela alternância dos papéis de destinador e de destinatário dos interlocutores; pelo reconhecimento e tomada de consciência, no momento da interação, dos atores que exercem os papéis de enunciador e de enunciatário; e pela permanente negociação dos temas da interação. Todas essas características da simetria interacional produzem efeitos de sentido de proximidade entre os interlocutores.

É dentro desse quadro de uma comunicação assimétrica que caracteriza o livro didático em geral que se situa este nosso trabalho. O nosso estudo consistiu, então, em identificar marcas de oralidade em enunciados do livro didático o qual, numa apreciação

geral, mostra estabelecer uma comunicação unidirecional entre destinador-autor e destinatário-aluno. Ou, mais especificamente ainda, o nosso objetivo foi evidenciar traços de oralidade em perguntas e ordens feitas e dadas por um destinador-autor que não alterna o seu papel com o destinatário-aluno.

Pode-se admitir que essa unidirecionalidade comunicativa do livro didático, essa ausência e caráter genérico do destinador na interação acabam exigindo outros recursos do enunciador para compensar o distanciamento apontado e criar efeitos de proximidade com o enunciatário e, assim, alcançar os objetivos que se propõe cada autor com o seu livro didático.

Feita essa caracterização geral do livro didático sob um ponto de vista da interação entre autor-destinador e aluno destinatário, passemos agora para o segundo momento de nossa interpretação.

4.2. Traços de oralidade apesar de um distanciamento de princípio

Interpretaremos agora a presença da oralidade ou ausência dela nos dados analisados. Na introdução de cada tópico abordado, com o fim de facilitar a leitura, retomaremos sinteticamente o resultado da análise.

a) No que diz respeito à abordagem do *destinatário* nas perguntas, observou-se que, num total de 325 (100%) perguntas, 67 (20.61%) nomeiam explicitamente o destinatário/aluno por *você*. Em mais 08 (2.47%), o destinatário vem nomeado como grupo por *vocês*. Em outras 11 (3.39%), o aluno vem identificado como *nós* inclusivo. E, por último, em 239 (73.5%), o destinatário não é explicitamente nomeado por um recurso pronominal, porém ele está implícito no simples ato de perguntar.

Conforme os dados apontam, em primeiro lugar, com 239 (73.5%) ocorrências, vem a abordagem na qual o destinatário vem implícito no simples ato de perguntar, ou seja, o destinador não se dirige ao destinatário por meio de um recurso pronominal ou outro. Sabemos que a pergunta é um enunciado, cuja existência pressupõe um enunciador e um enunciatário. Este enunciado se apresenta no texto na voz do narrador (representante do enunciador) que se dirige ao narratário (representante do enunciatário), que é o aluno. Num enunciado, o narratário pode ser personalizado e até nominado ou, então, estar formalmente ausente, mantendo a identidade genérica do

enunciatório. Numa pergunta, como esta, “**Você** já gostou de um livro pra valer?” (L1, p.88), o narrador dirige-se a um narratário pronominalmente identificado e singularizado. O reconhecimento do narratário seria ainda mais concreto e personalizado, se a pergunta fosse esta: “**Pedro, você** já gostou de um livro pra valer?”. Embora o enunciatório da pergunta sejam os alunos em geral, a estratégia de simular um narratário específico, produz um evidente efeito de proximidade e outros efeitos que decorrem deste, como veremos adiante.

No caso que aqui estamos apreciando, não há nenhum narratário singularizado no enunciado. A pergunta se dirige, então, ao enunciatório, ou seja, a todos os alunos. Esse procedimento enunciativo produz um efeito de distanciamento entre os interlocutores. Tem-se a impressão de que o destinador da pergunta não volta o seu interesse propriamente ao destinatário, no sentido de que não é ele o objeto de sua curiosidade ou de seu saber. Em perguntas desse tipo, o destinador convoca o destinatário para focalizar um objeto de conhecimento distante de ambos. Essa forma de perguntar, portanto, em que o destinatário só se revela no próprio ato da pergunta - já que, quando se pergunta, pergunta-se para alguém - produz, antes de mais nada, um efeito de distanciamento entre os interlocutores, mas também um distanciamento em relação ao objeto de conhecimento de que trata a pergunta. Esse distanciamento é, por sua vez, necessário para o objeto de conhecimento seja percebido de forma objetiva, o que permite dizer que a forma de perguntar aqui em foco produz um efeito de objetividade e de certa formalidade. Assim se explica por que as perguntas feitas sem nomear de alguma forma o destinatário foram encontradas mais freqüentemente no *corpus*, quando o destinador questiona e fixa conceitos ou quando interroga o aluno sobre informações em geral do texto ou fora dele, como se verifica nestes exemplos:

- “Obsoleta, antiquada, arcaica, desusada... Essas palavras têm exatamente o mesmo sentido?” (L5, p. 64).

- “O que representa o pretérito imperfeito?” (L4, p. 58)

- “Que tipo de veículo é necessário para viajar a lugares como Maceió, Recife, Manaus, Fortaleza, Rio de Janeiro e São Paulo?” (L1, p. 89).

Em segundo lugar, com 67 (20,61%) ocorrências, vem o item no qual o destinador nomeia o destinatário explicitamente como indivíduo, chamando-o por *você* ou identificando esse *você* por meio das formas pronominais *seu* ou *sua*. É importante ressaltar que esse tipo de ocorrência foi a segunda mais freqüente em quatro dos cinco livros analisados. Ela só apareceu, estatisticamente, em primeiro lugar no livro (L4).

Como já dissemos acima, com o narratário identificado no enunciado, como um *tu* individualizado, registra-se uma marca explícita de enunciatividade no enunciado. Explicando melhor, o *tu* implicando o *eu*, evidencia os sujeitos da enunciação, e a relação entre ambos encena o ato de enunciação acontecendo aqui e agora. A projeção desse ato no enunciado produz um efeito de proximidade entre os interlocutores. Ainda que o narrador seja uma entidade apagada, indefinida e distante, a estratégia enunciativa de singularizar o narratário aproxima o destinatário do destinador. Cada aluno é este *você*, o que leva essa estratégia a dar distinção a cada um, como se fosse o único destinatário da pergunta. Desfaz-se a percepção um tanto abstrata de grupo de alunos, de sala de aula, e cria-se um efeito de realidade, na medida em que se institui de certa forma uma conversa particular entre dois indivíduos. Esse é o contexto propício para a informalidade, que só não se percebe de forma mais intensa em razão das características do destinador na interação já apontadas.

Em resumo, a abordagem do destinatário por *você* aponta para um grau maior de subjetividade, de aproximação, de informalidade, de pessoalidade e de cumplicidade com o destinatário, lembrando, às vezes, até uma certa postura afetiva ou emocional em relação ele. Todos esses são efeitos de sentido que decorrem do uso do *você* na abordagem do destinatário, o que revela ser este uso um recurso destacado para encenar da oralidade e compensar a falta de interatividade no livro didático.

Observa-se que o destinatário é nomeado por *você* em geral em perguntas em que o destinador tem interesse na opinião pessoal de seu interlocutor sobre um determinado assunto, como mostram estes exemplos:

- “o que **você** pensa de um pesquisador que se propõe a viver, por um período de tempo dentre os índios?” (L2, p.26.);

- “Considerando-se que todo anúncio visa promover um produto, uma marca ou o nome de uma empresa, o anúncio lido cumpre bem esse papel, na **sua** opinião?” (L1, p. 89)

- “A televisão diverte o público, não informa. **Você** concorda com essa informação?” (L3, p. 46).

Em terceiro lugar, aparece, com 11 (3,39%) ocorrências, o item no qual o destinatário vem identificado através do *nós* inclusivo. Este *nós* inclui o destinador e o destinatário, mas não o destinatário considerado individualmente. O *nós* é o destinador-autor o destinatário vocês, isto é, o grupo de alunos, a sala. E nesse sentido, ele não cria o efeito de individualidade para o destinatário como é o caso das perguntas do tipo de ocorrência anterior. Além disso, quando o autor se identifica com os alunos, constituindo-se com eles o destinatário da pergunta, indefine-se, de certa forma, esse destinatário. É nesse sentido que entendemos a afirmação de Barros (2002, p.25):

Não há diálogo, não há reciprocidade de papéis, já que os papéis do eu e do você não se separam, não se distinguem, mas, ao contrário, se confundem numa “massa amorfa” comum.

Se fizermos essa interpretação do uso do *nós* inclusivo na abordagem do destinatário, temos de admitir que esse recurso produz um efeito de sentido de distanciamento em relação ao objeto de conhecimento de que trata a pergunta. O destinador-autor se identifica com o destinatário-aluno para ambos se voltarem a um determinado ponto, que é o objeto de conhecimento em questão na lição em curso.

Por isso o *nós* inclusivo aparece em geral em perguntas que se destinam a obter informações sobre conteúdos dos textos, opiniões sobre acontecimentos e procedimentos das pessoas em geral, conforme revelam estes exemplos:

- “**Podemos** prestar ao sujeito dois tipos de informações. Quais?” (L3, p.41);

- “Segundo o autor, hoje **usamos** galicismos sem culpa ou pecado: por quê?” (L5, p. 70).

- “**Podemos** dizer que a frase: ‘essa tristeza era um caranguejo com fortes pinças’ é composta por uma metáfora?” (L4, p. 50).

Pode-se admitir também que o *nós* inclusivo produz, em certas perguntas deste tipo, um efeito de proximidade entre os interlocutores, quando tem o sentido de “a gente”, como mostra o segundo exemplo acima mencionado, que poderia perfeitamente ser formulado assim:

- “Segundo o autor, hoje **a gente usa** galicismos sem culpa ou pecado: por quê?”

Por ser “a gente” uma expressão de uso informal, do cotidiano, o efeito de proximidade decorreria exatamente dessa informalidade. E a informalidade é uma característica própria das interações face a face, o que possibilita afirmar que o *nós* inclusivo, ao menos em alguns casos, é um traço de oralidade na construção do livro didático.

E, por fim, ainda em relação ao tratamento do destinatário, ocorrem as perguntas em que este aparece explicitamente nomeado como grupo, ou seja, como *vocês*. Essa forma de abordagem trata o destinatário de forma impessoal, não exclusiva. Não interage com ele de forma privativa, particular, como ocorria nas perguntas com *você*. Em razão disso, desaparecem do enunciado as marcas de uma oralidade mais intensa e os efeitos de proximidade e de subjetividade delas decorrentes. Ao contrário, a ausência das marcas de oralidade da comunicação privada leva a um efeito de sentido de distanciamento entre os interlocutores, assim como ele se evidencia numa comunicação pública.

É interessante ressaltar que essa abordagem, na qual os alunos são identificados como, só ocorreu nos capítulos dos livros (L4) e (L5). Portanto, o fato de ser uma ocorrência de porcentagem reduzida e só se manifestar em dois dos livros analisados mostra que não é tendência dos livros didáticos abordarem os alunos como grupo ou classe. Observa-se que o destinador aborda o destinatário por *vocês*, geralmente em perguntas em que se solicita aos alunos uma atividade coletiva, conforme mostram estes exemplos:

- “Como **vocês** fariam um cartaz publicitário para anunciar um produto alimentício derivado da minhoca-farinha, sopa em lata ou em pacote, bolo, biscoito, pastel, ou qualquer outro que inventem?” (L5, p.89);

- “Depois de tanto trabalho, que tal tentarem conseguir transmitir esse programa não só para sua classe, mas também para toda comunidade escolar ou local?” (L4, p. 64).

b) Com relação ao *destinador*, os dados estatísticos apontam que, num total de 325 (100%) perguntas, em 314 (96.6%) ele vem implícito, isto é, manifesta-se no simples ato de perguntar. Em 11 (3.39%) manifestações, o destinador vem implícito no *nós* inclusivo. E em nenhuma pergunta dos capítulos do *corpus*, o destinador vem explicitamente nomeado por alguma forma enunciativa específica. Isso quer dizer que, em nenhum momento, o destinador se apresenta ao destinatário com perguntas do tipo “*eu* pergunto...” ou então “... *estou certa (o)* ou *estamos certos?*” Em outras palavras, o aluno não sabe se é o autor do livro, se são vários os autores ou até mesmo uma equipe que está se comunicando com ele. Sob esse aspecto, fica evidente a impessoalidade e o distanciamento na interação com o aluno, o que indica menores efeitos de oralidade e de interatividade no enunciado.

c) No que diz respeito às *ordens* (orientações) dadas pelo destinador-autor ao destinatário-aluno, vimos que em 410 (71,6%) delas, o autor dirige-se explicitamente ao aluno em particular, por meio da 3ª pessoa do imperativo, em frases na maior parte das vezes afirmativas. Em 140 (24,4%) ordens, o destinatário vem abordado explicitamente como grupo, por meio da 3ª pessoa do imperativo, em frases na maior parte das vezes afirmativas também. Em 12 (2,44%) ocorrências, o destinatário é abordado como *nós* inclusivo. Em, por fim, em 08 (1,39%) manifestações, o destinatário é o professor, e o verbo do enunciado aparece na 3ª pessoa do singular.

Como se observa, na maior parte das ordens dadas, o destinatário vem nomeado como indivíduo, o que acentua o uso do *você*. Assim, o destinador aborda o destinatário de forma direta, exclusiva, pessoal, o que indica que há uma tendência de

aproximação com o destinatário, como acontece no enunciado informal, em que há cumplicidade e comprometimento entre os interlocutores. Essa manifestação de ordem, geralmente, é afirmativa e não tem um contexto temático específico para aparecer. Sua função é convidar o aluno a realizar as diferentes atividades de aprendizagem propostas.

Percebemos também, em nossa análise que, nos enunciados imperativos, o destinador não se apresenta, isto é, ele nunca vem explicitado no enunciado. Portanto, todas as abordagens imperativas encontradas nos capítulos do *corpus* têm características de relação assimétrica o que indica uma relação de desigualdade entre destinador e destinatário na relação enunciativa. Esse fato revela também uma postura autoritária do destinador em relação ao destinatário na proposição das atividades de aprendizagem.

Em segundo lugar, aparece o destinatário sendo abordado de maneira geral, por meio do pronome pessoal *vocês*. Nesse tipo de interação, os efeitos de proximidade e, por isso, os de cumplicidade e de comprometimento se mostram em menor grau, o que dá evidência maior aos efeitos de sentido de distanciamento, de formalidade e de impessoalidade com o destinatário. Nessa forma de interação, portanto, a oralidade vem atenuada.

As ordens nas quais o destinatário vem abordado como grupo, classe, enfim, como *vocês*, ocorrem, principalmente, quando o destinador propõe alguma atividade em grupo, como mostra esta ordem:

- “**Façam** uma pesquisa em enciclopédias, revistas, livros ou internet sobre a história da TV e sua implantação no Brasil.” (L3, p.46);

- “**Procurem** em jornais e revistas frases em que apareçam galicismos ou anglicismos.” (L5, p. 76).

Em seguida aparecem as ordens (orientações) nas quais o destinatário é abordado por meio do *nós* inclusivo. Nesse tipo de manifestação, não existe o ocultamento do destinador, já que ele se manifesta na fusão com o destinatário. No *corpus*, somente foram encontradas ordens nas quais o destinador utiliza o verbo *ir*, na 1ª pessoa do plural do modo imperativo, seguido de um verbo no infinitivo, por exemplo: vamos fazer, vamos estudar, etc.

Essa forma torna essas ordens mais amenas, mais atenuadas, produzindo um efeito de sentido de um convite, como mostra o exemplo a seguir, extraído do livro (L2, p. 30):

- “Para montar orações, por exemplo, nosso cérebro trabalha como um computador, seguindo algumas regras fixas. **Vamos** observar algumas delas, através da análise gramatical.”

Neste exemplo, observa-se que o destinador se coloca numa relação de identificação com o destinatário, criando, dessa maneira, um grau maior de proximidade e de cumplicidade na interação com ele.

Convém ressaltar que essas ordens foram pouco frequentes, já que foram encontradas em apenas dois capítulos, os dos livros L2 e L3, o que mostra que não é uma característica dos livros didáticos colocarem-se numa postura de identificação com o destinatário, em enunciados imperativos.

Ao final dessas nossas reflexões sobre os enunciados imperativos, queremos fazer algumas considerações sobre enunciados que revelam uma interação do destinador-**autor** com o destinatário-**professor**. Os seguintes enunciados exemplificam esse tipo de interação:

-“**O professor vai** organizar a turma em grupos.” (L5, p.99);

- “O professor vai ler em voz alta.” (L5, p. 68)

Nessas situações, o destinador-autor, em vez de diretamente ordenar os alunos a realizarem determinada atividade, institui o professor como seu auxiliar, o seu intermediário na relação com os alunos. E o convite ao professor não acontece de forma imperativa, por meio da ação de um *eu* sobre um *tu*. A nosso ver, esses enunciados apresentam uma certa ambigüidade do ponto de vista dos actantes que interagem. Às vezes tem-se a impressão de que o destinador-autor dirige-se aos alunos, dizendo a eles, por exemplo, que “**o professor vai** organizar a turma em grupos”. Neste caso, o professor é um *ele* (não-pessoa) do qual o *eu* (o enunciadador-autor) fala para um *tu* (o enunciatário-aluno). Portanto, a interação sobre o professor acontece entre autor e alunos.

Em outros contextos, em enunciados idênticos, pode-se se manifestar uma interação entre o destinador-autor e o destinatário-professor. Em enunciados deste tipo, ocorre uma embreagem de pessoa, ou seja, emprega-se a terceira pessoa com o valor de segunda pessoa. O autor dirige-se a um *tu*, tratando-o por *ele* (o professor). Esse é um uso muito comum nas interações cotidianas, quando, por exemplo, os alunos convidam o professor, na hora do intervalo, nos seguintes termos: “O **professor** nos acompanha para um café?”, ou seja, “**Você** ou o **senhor** nos acompanha para um café?”. Segundo Fiorin (1996, p. 88)

O uso da terceira pessoa em lugar da segunda pode indicar afeto, carinho ou respeito, uma vez que o locutor exclui o outro da troca lingüística, dando-lhe um lugar especial, não instituído pelo *eu*, como seria o lugar do *tu*.

Nos exemplos que acima mencionamos, retirados do nosso *corpus*, o efeito de sentido produzido é o de um certo distanciamento, mostrando respeito com o professor. O que se nota, neste caso, é que a relação do autor com o professor não é tão direta, não apresenta um caráter imperativo. Ela é efetivamente um convite respeitoso ao professor para que ele seja um intermediário entre o autor e os alunos na orientação da prática de ensino.

Mesmo no caso em que a comunicação acontece entre autor e alunos, aos quais é dito que “o professor vai organizar a turma em grupos”, não deixa de haver um convite indireto ao professor. Por esse modo indireto de dizer, o distanciamento entre autor e professor é maior ainda, e a impressão que se tem é que o autor toma todos os cuidados para não abusar da disponibilidade do professor na ajuda no andamento das atividades propostas pelo livro didático.

Em resumo, em ambos os casos existe um convite ao professor, feito com todo o distanciamento e respeito, para ele ajude o autor na aplicação das propostas do livro didático. Trata-se de um verdadeiro pedido de um favor.

Por fim, cabe registrar, que enunciados desse tipo somente foram encontrados no livro L5. Esse dado revela que os livros didáticos preferem, nas ordens, abordar o aluno diretamente, ora como indivíduo, ora como grupo, mas especialmente como indivíduo.

d) No que diz respeito às marcações enunciativas de *espaço* e de *tempo* nas manifestações do destinador-autor ao destinatário-aluno, observa-se que, em 10 ocorrências, houve manifestações explícitas de marcas de espaço e, em 23, registram-se marcas de tempo. Considerando a extensão de nosso *corpus*, os enunciados analisados são pouco marcados pela enunciatividade temporal e espacial.

Em todo caso, esses dados mostram que, nos capítulos do *corpus*, houve alguns momentos em que se projetou nos enunciados o aqui e agora do ato da enunciação. Conforme destacamos em nossa fundamentação teórica, a marcação da oralidade num enunciado acontece quando nele se projetam os traços da instância da enunciação, ou seja, quando nela se projeta a ação do *eu*, no espaço *aqui* e no tempo *agora*. Quanto mais recorrente for o uso dessas marcações enunciativas no texto, mais evidentes serão os efeitos de interatividade, de proximidade e de simetria na comunicação entre destinador e destinatário.

As marcações enunciativas de espaço e de tempo aparecem, em nosso *corpus*, nas manifestações de ordem ao destinatário como mostram os seguintes exemplos:

- “**Neste** capítulo, você analisará os diferentes usos do pretérito, conhecerá que são metáforas e expressões adverbiais a fim de realizar esses recursos nas suas produções e entender melhor um texto.” (L4, p. 42)

- “Leia **agora** um texto em que o autor assume uma posição diferente em relação aos estrangeirismos na nossa língua.” (L5, p. 67)

Note-se que, em ambos os enunciados, produz-se a ilusão de que a enunciação está acontecendo no momento em que eles estão sendo lidos, quando se sabe, na verdade, que a enunciação é sempre uma instância pressuposta em relação a qualquer enunciado. Há um evidente efeito de sentido de aproximação do destinador-autor com o destinatário-aluno, o pode ser considerado um traço próprio das interações orais.

e) E, finalmente, no que se refere à enunciatividade e à enuncividade como marca predominante dos textos para leitura, análise e interpretação, observou-se, no *corpus*, que, num total de 24 textos (100%), 13 (54.16%) são predominantemente enunciativos, pois o narrador se apresenta em 1ª pessoa. Ou seja, o enunciador se projeta no enunciado em primeira pessoa, introduzindo assim no texto a instância da enunciação. Os 11 textos restantes (45.8%) são enuncivos, porque neles há a predominância do narrador em 3ª pessoa. Nota-se, então, que há um ligeiro predomínio de textos enunciativos no *corpus*. Neles observa-se também debreagens internas, em que o narrador delega a voz a interlocutores, produzindo-se diálogos no interior do texto. Criam-se assim representações típicas das interações orais, em que os interlocutores, em comunicações simétricas, alternam os papéis de destinador e destinatário.

Como já mostramos, a interação *eu x você*, que é a forma enunciativa por excelência, não ocorreu nas perguntas e ordens. Essa manifestação só se revelou nas debreagens internas de textos enunciativos, quando o narrador delegou a voz a personagens que dialogam entre si no interior dos textos. Essa relação enunciativa também aparece na comunicação entre as personagens de tiras e histórias em quadrinhos. Neste caso, a natureza sincrética dos textos colabora para a enunciatividade, na medida em as imagens (desenhos) dos interlocutores produzem um efeito de realidade, criando a ilusão de ver personagens, falando aqui e agora. Todos esses recursos, sejam debreagens internas, sejam textos não verbais ou sincréticos, produzem efeitos de sentido de subjetividade entre os personagens que interagem, aproximação entre eles, informalidade na linguagem, o que imprime um forte caráter de oralidade às lições dos livros didáticos.

Considerações finais

Nesta pesquisa partimos do princípio de que o livro didático é, na perspectiva da enunciação, um enunciado, um grande texto, por meio do qual o enunciador (o autor) se comunica com o enunciatário (aluno). Isso significa que o livro didático, do ponto de vista da enunciação, pode ser analisado como qualquer outro texto, o que consiste em explicar e interpretar os procedimentos da enunciação identificáveis no produto dela, isto é, no enunciado ou no texto.

Mostramos que, assim como acontece com a comunicação por meio de textos escritos em geral, o livro didático estabelece com os alunos uma comunicação unidirecional, ou seja, o destinador se dirige a seu destinatário fazendo-lhe perguntas ou dando-lhe ordens e orientações sem que o destinatário possa dialogar com ele, ou seja, sem que o destinatário possa assumir o papel de destinador.

É dentro dessa caracterização geral da comunicação por meio do livro didático que nos propusemos a analisar a forma de interação entre autor e aluno em situações específicas em que essa interação acontece. Ou seja, não foi objeto de nossa investigação o livro didático como um todo. Limitamos a nossa análise às situações comunicativas em que se verifica uma interação explícita e direta entre autor e aluno, o que nos levou a só analisar *perguntas* feitas pelo autor ao aluno, pelos mais variados motivos, e *ordens* ou *orientações* dadas pelo autor para a realização das atividades didáticas propostas pelo livro.

Como fizemos essa análise com base em fundamentos teóricos da enunciação, observamos nesses enunciados interrogativos e imperativos a presença das categorias da enunciação neles projetadas, ou seja, observamos o tratamento da pessoa, do espaço e do tempo nos enunciados.

Partimos de um primeiro princípio de que os enunciados podem ser enunciativos ou enuncivos em maior ou menor grau. Se neles predomina a projeção de traços do ato da enunciação, serão enunciativos; se, ao contrário, esses traços estiverem apagados dos enunciados, eles serão enuncivos.

Consideramos também que a presença de marcas enunciativas nos enunciados dá a eles uma característica de oralidade, já que as interações face a face – que são a própria enunciação – caracterizam-se, por excelência, pela interação entre um *eu* e um *tu*, ambos presentes ao mesmo tempo num mesmo lugar. Por isso, os enunciados escritos, na medida em que se caracterizarem pela intensa presença de marcas próprias do ato da enunciação, criam uma ilusão de oralidade e, por essa razão, produzem para o leitor os efeitos de sentido próprios das comunicações faladas, como a subjetividade, a proximidade, a parcialidade, a cumplicidade, a informalidade e outros, dependendo dos contextos em que se inserem os enunciados.

Sabendo ainda que, na relação enunciativa entre enunciador e enunciatário, o primeiro sempre tem, de uma ou de outra forma, o objetivo de levar o enunciatário a fazer crer ou a fazer algo, ou seja, sempre tem o objetivo de persuadir, esses efeitos de sentido produzidos pelas marcas de oralidade concorrem para esse objetivo. Em determinados casos, as marcas de oralidade podem ser um fator que favorece a persuasão, isto é, concorrem para a eficácia da comunicação. Em outros, elas podem diminuir a força persuasiva dos enunciados. Há contextos em que a persuasão decorre essencialmente da ausência de marcas de oralidade, ou seja, ela exige enunciados predominantemente enuncivos.

Voltando-nos agora aos enunciados analisados em nosso *corpus*, as perguntas e ordens que analisamos são, por natureza, enunciativos, no sentido de que são enunciados que, às vezes mais outras vezes menos explicitamente, vêm marcados por traços da enunciação. Em toda pergunta manifesta-se aquele que pergunta, que é o narrador, ou seja, o representante do *eu* enunciador no enunciado. A pergunta é feita para alguém, que é o narratário, o representante do *tu* enunciatário no enunciado. Por isso, o simples fato de perguntar implica uma relação entre um *eu* e um *tu*, e mesmo que eles não estejam identificados formalmente no enunciado, estão implícitos em toda a pergunta. Sem essa relação não existiriam perguntas. As perguntas que predominam em nosso *corpus* são justamente desse tipo. Elas não mencionam o narrador nem o narratário, mas mesmo assim têm caráter enunciativo e, por isso, ainda que de forma mais atenuada, lembram um traço de oralidade. Disso se conclui que o simples ato de perguntar é um traço oralidade no discurso.

Esse traço será mais evidente quando se consideram as perguntas em que o narratário é identificado por um nome ou pronome, como é o caso do segundo tipo de perguntas mais numeroso em nosso *corpus*. E, dependendo da forma como esse narratário é reconhecido, a enunciatividade e, portanto, a encenação da oralidade se manifesta em graus diferentes. Em nosso *corpus*, o grau maior sem dúvida ocorre quando o destinador-autor se dirige ao destinatário-aluno chamando-o de *você*. É um procedimento que se assemelha a uma conversa particular, e a identificação do narratário num enunciado produz um efeito de realidade. Essa forma de pergunta institui uma relação de subjetividade e produz um efeito de proximidade com o interlocutor e todas as demais conseqüências que dela decorrem.

Quando o destinatário é identificado por *vocês*, há uma diferença em relação ao caso anterior. A pergunta se dirige agora ao grupo de alunos. Não existe mais a abordagem individual, embora a resposta a esse tipo de pergunta seja, provavelmente, individual. Comparada com uma situação de fala, teríamos uma interação pública.

Comparando, agora essas duas últimas abordagens do destinatário-aluno, poderíamos nos perguntar qual delas é mais eficiente comunicativamente. Do ponto de vista das ações que são solicitadas aos alunos por meio dessas perguntas, provavelmente seja difícil apontar um resultado melhor para um tipo de pergunta do que para o outro. Ao menos pensamos que os alunos não tomam consciência dessa diferença no uso do livro didático na sala de aula. Não podemos, porém, desprezar uma ação inconsciente que a abordagem individual possa exercer sobre o aluno, já que essa forma de individualizar o destinatário é uma prática consagrada na publicidade. Como as estratégias da criação publicitária são minuciosamente estudadas e a sua eficiência é constantemente testada, acreditamos que individualizar o aluno nas perguntas a ele dirigidas tenha maior força de persuasão. É possível até que o livro didático esteja incorporando a estratégia publicitária.

No que respeita às ordens e orientações, ficou demonstrado que praticamente todas elas, em todos os livros analisados, são dadas ao aluno em particular, isto é, a *você*. Também aqui, como no caso das perguntas, trata-se de uma estratégia marcada pela enunciatividade e, portanto, por traços de oralidade. A explicação para o fato de que praticamente todas as ordens e orientações sejam dadas dessa forma é, provavelmente, a mesma dada para as perguntas a *você*.

As perguntas dirigidas ao aluno individual e, especialmente, as ordens dadas dessa mesma forma podem levar à consequência de intensificar na sala de aula a atividade individual em detrimento das atividades em grupo. Se isso é positivo ou negativo não cabe aqui analisar.

A nossa análise ainda mostrou que, se a enunciatividade vem fortemente marcada nas perguntas e ordens por meio da categoria enunciativa pessoa, ela pouco se manifesta explicitamente pelas marcas enunciativas de espaço e de tempo. A ausência explícita da marca de tempo parece de fácil explicação, quando relacionada aos atos de perguntar e de ordenar. O *agora* da ação está implícito no presente do tempo verbal. Vimos que as ordens se traduzem no modo imperativo, que expressa o tempo presente. As perguntas são igualmente feitas para serem respondidas *agora*. Disso decorre que a menção explícita das marcas de tempo seria redundante e nem seria considerada uma menção normal no uso da linguagem nesse contexto. Quanto às marcas de tempo, elas estão implícitas nos enunciados pelas mesmas razões.

Finalmente, fizemos também uma análise para verificar a caracterização dos textos para leitura e interpretação do ponto de vista da enunciatividade. De acordo com a nossa análise, há um relativo equilíbrio na quantidade desses textos, com pequeno predomínio de textos enunciativos, em que predomina o narrador em primeira pessoa.

Uma enunciatividade mais marcante, realizada por interações *eu x tu*, com interlocutores personalizados, não acontece nas relações autor-aluno, mas manifesta-se nas debreagens internas de textos, por meio dos diálogos entre personagens. Esses diálogos contribuem para imprimir oralidade ao livro didático.

Em resumo, podemos dizer, com base no que nossa análise mostrou, que os livros didáticos são marcadamente enunciativos e, por isso, são fortemente marcados pela oralidade. Pela intensa atuação sobre alunos, desencadeando respostas e ações práticas, numa linguagem próxima, direta e informal, eles constituem um convite constante ao dinamismo na sala de aula.

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, Mikail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Efeitos de oralidade no texto escrito*. In: PRETI, Dino (org). *Oralidade em diferentes discursos*. São Paulo: Humanitas, 2006, p.57-84.
- _____. *Interação em anúncios publicitários*. In: PRETI, Dino (org). *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2002, p.17-44.
- _____. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo:Atual, 1988.
- _____. *Teoria Semiótica do texto*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- BECHARA, Evanildo. *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?* 11.ed. São Paulo: Ática, 1999.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral* (ii). Campinas: Pontes, 1989.
- CEREJA, Willian Roberto e MAGALHÃES, Thereza Cochar: Português, (6ª série). São Paulo: Atual,
- FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação*. São Paulo: Ática, 1996.
- _____. *Pragmática*. In: FIORIN, José Luiz (org). *Introdução à lingüística* (vol. 2). São Paulo: Contexto, 2003, p.161-185.
- GARCIA, Ana Luiz Marcondes e AMOROSO, Maria Betânia. *Olhe a língua!: Língua Portuguesa* (6ª série). São Paulo: FTD, 2002
- GREIMAS, A.J e COURTÈS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- LUFT, Celso Pedro. *Língua e Liberdade*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- RAMOS, Graciliano. *Cartas*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994, p.165.

SARGENTIN, Hermínio. *Coleção língua portuguesa palavras* (6ª série). São Paulo: IBEP, 2002.

SILVA, Antônio de Siqueira; BERTOLIN, Rafael e OLIVEIRA, Tânia Amaral. *Tecendo textos: ensino de língua portuguesa através de projetos* (6ª série). São Paulo: IBEP, 2001.

SOARES, Magda. *Português: uma proposta para o letramento* (6ª série). São Paulo: Moderna, 2002.

TATIT, Luiz. *A abordagem do texto*. In: FIORIN, José Luiz (org). *Introdução à lingüística* (vol. 1). São Paulo: Contexto, 2002, p.187-209.

Outras referências:

Folha de São Paulo (20.02.2007).